

ACTUALIDADE ECONÓMICA DE MOÇAMBIQUE

Transitando para um Crescimento
Mais Inclusivo

Outubro 2018



BANCO MUNDIAL
BIRD • AID | GRUPO BANCO MUNDIAL



A série Actualidade Económica de Moçambique do Banco Mundial (MEU - "Mozambique Economic Update") foi concebida para apresentar avaliações oportunas e concisas das tendências económicas actuais em Moçambique, à luz dos desafios de desenvolvimento mais alargados do país. Cada edição inclui uma secção sobre os desenvolvimentos económicos recentes e uma discussão sobre as perspectivas económicas de Moçambique, seguida por uma secção de enfoque que analisa questões particularmente importantes. A secção em foco nesta edição explora o nexo crescimento-pobreza em Moçambique e o impacto sobre a desigualdade. A série MEU procura fornecer informações úteis para as discussões no âmbito do Banco Mundial, bem como contribuir para um debate vigoroso sobre o desempenho económico de Moçambique e os desafios fundamentais da política macroeconómica entre os funcionários do governo, os parceiros de desenvolvimento internacional do país e a sociedade civil.

A data-limite para a edição actual do MEU foi o dia 31 de Agosto de 2018.

Índice

Acrónimos e Abreviaturas	iv
Reconhecimentos	vi
Sumário Executivo	1
Primeira Parte: Desenvolvimentos Económicos Recentes	4
Crescimento Económico	4
Taxa de Câmbio e Inflação	7
O Sector Externo	10
Política Fiscal	15
Política Monetária	22
Segunda Parte: Transitando para um Crescimento Mais Inclusivo	25
Mudança estrutural, Produtividade e Redução da Pobreza	25
Menos Pobreza, mas Mais Desigualdade	29
Lidar com o Desafio da Queda na Produtividade e Aumento da Desigualdade Através de um Crescimento Alargado	32
Referências	40

FIGURAS

Figura 1: Prevê-se que o crescimento do PIB irá diminuir ligeiramente em 2018.....	6
Figura 2: ... à medida que se vai dando o declínio na taxa de crescimento associada à produção de carvão.....	6
Figura 3: ... e à medida que o poder de compra das famílias continua a ser deteriorado pelos preços ...	6
Figura 4: A maior estabilidade do metical tem ajudado a reduzir a inflação, principalmente no caso dos bens transaccionáveis.....	8
Figura 5: ... o que, conjugado com a inflação mais baixa na África do Sul, arrefeceu os preços dos alimentos	8
Figura 6: Os picos de preços dos alimentos aumentaram a pobreza em todas as províncias, concentrando-se esse aumento, maioritariamente, nas zonas rurais	10
Figura 7: A TCRE regressou aos níveis de 2011	10
Figura 8: O défice da conta corrente tem tendência a aumentar, devido a um défice cada vez maior da economia não relacionada com os megaprojectos.....	14
Figura 9: ... enquanto as importações de produtos de consumo começam a recuperar	14
Figura 10: Os influxos de IDE continuam em declínio	14
Figura 11: A perspectiva mais fraca relativamente aos preços constitui uma fonte de risco externo ...	14
Figura 12: Em 2017, as despesas desceram mais depressa do que as receitas.....	18
Figura 13: ...permitindo a redução do saldo primário	18
Figura 14: Os níveis da dívida interna continuam a subir.....	19

Figura 15: ... agravando a carga do serviço de dívida	19
Figura 16: Os subsídios sobre o combustível e o pão tiveram um impacto modesto na pobreza per capita ...	22
Figura 17: Desde o início de 2018, a descida da inflação criou espaço para se introduzirem taxas de referência de crédito mais baixas	24
Figura 18: As taxas da banca comercial também estão a descer, mas tendem a reagir mais lentamente durante os ciclos de flexibilização monetária	24
Figura 19: Apesar do alívio nas taxas, o crescimento do crédito continua a ser negativo	24
Figura 20: A qualidade dos activos da banca comercial agravou-se, com índices de NPL mais elevados ...	24
Figura 21: Moçambique tem desfrutado de um crescimento robusto, que conduziu a um aumento sustentado do PIB per capita	26
Figura 22: Os ganhos de produtividade têm sido os principais factores de impulso do crescimento	26
Figura 23: O emprego tem vindo a passar gradualmente da agricultura para os serviços.....	27
Figura 24: ... onde a produtividade é mais de seis vezes superior à que se verifica na agricultura	27
Figura 25: Um "boom" de IDE suportou o crescimento e a procura, incluindo no que se refere aos serviços ...	27
Figura 26: A expansão fiscal e monetária também promoveu a rapidez de crescimento do consumo privado	27
Figura 27: A pobreza tem vindo a diminuir, desde o início da década de 2000.....	29
Figura 28: ... e o ritmo acelerou após 2008	29
Figura 29: O padrão de crescimento no período 2008/09-2014/15 beneficiou, principalmente, os não pobres, mais especificamente, os das áreas urbanas	31
Figura 30: Em Moçambique, a distribuição do consumo das famílias é altamente desigual, comparativamente à de outros países da região	31
Figura 31: Existem grandes diferenças na prevalência da pobreza entre as províncias	31
Figura 32: Uma redução do nível de complexidade económica acompanhou o aumento das exportações ...	34
Figura 33: Em 1996, Moçambique exportava um(a) baixo(a) volume/variedade de produtos primários	35
Figura 34: Em 2016, as exportações passaram a ser mais diversificadas, mas continuaram a ser dominadas pelos produtos primários	35
Figura 35: Moçambique tem um nível de complexidade económica reduzido, comparativamente ao das grandes economias africanas vizinhas	36
Figura 36: Na década de 2000, o número de produtos exportados por Moçambique sofreu um decréscimo, sendo agora inferior ao das economias da região com bom desempenho	36
Figura 37: As produções médias são mais baixas em Moçambique do que na região.....	37
Figura 38: ... em grande, parte devido ao baixo nível de adopção de insumos modernos	37
Figura 39: O isolamento constitui a maior barreira para os agricultores no que se refere ao acesso a insumos e mercados.....	38
Figura 40: ... e é agravado pela exposição a choques meteorológicos	38

Figura 41: Lentamente, as taxas de alfabetização têm vindo a melhorar, mas continua a existir uma grande lacuna entre as zonas rurais e urbanas	39
Figura 42: A localização, o consumo das famílias e a educação dos pais definem a maioria das situações de desigualdade de oportunidades entre a população	39

QUADROS

Tabela 1: Perspectivas de Crescimento	6
Tabela 2: A Balança de Pagamentos	13
Tabela 3: Perspectivas Externas	13
Tabela 4: Finanças Públicas (base de compromisso)	20
Tabela 5: Decomposição da Variação da Produtividade Laboral Total, 1996-2014	28

CAIXAS

Caixa 1: O que é que aconteceu à pobreza após a subida da inflação em 2016?	9
Caixa 2: Impacto distributivo das recentes reformas sobre os subsídios do combustível e do pão	21

Acrónimos e Abreviaturas

ASS	África Subsariana
BdP	Balança de Pagamentos
BdM	Banco de Moçambique
BVM	Bolsa de Valores de Moçambique
CGE	Conta Geral do Estado
CGT	"Capital Gains Tax" (Imposto sobre as Mais-Valias)
CPM	Comité de Política Monetária
DCC	Défice da Conta Corrente
EP	Empresa Pública
EUA	Estados Unidos da América
FAO	"Food and Agriculture Organization of the United Nations" (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura)
FMI	Fundo Monetário Internacional
FPC	Facilidade Permanente de Cedência
FPD	Facilidade Permanente de Depósito
GEP	"Global Economic Prospects" (Perspectivas Económicas Globais)
GFSM	"Government Finance Statistics Manual" (Manual de Estatísticas Financeiras do Governo)
GIEWS	"FAO Global Information and Early Warning System" (Sistema de Informações Globais e Alerta Antecipado da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura)
GIC	"Growth Incidence Curve" (Curva de Incidência do Crescimento)
GIZ	"Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit" (Agência de Cooperação Internacional Alemã)
GNL	Gás Natural Liquefeito
IAS	"Integrated Agricultural Survey" (Inquérito Agrário Integrado)
IDE	Investimento Directo Estrangeiro
INE	Instituto Nacional de Estatística
IOF	Inquérito sobre o Orçamento Familiar
IPC	Índice de Preços do Consumidor
IPI	Índice de Produção Industrial
LIC	"Low Income Countries" (Países de Baixos Rendimentos)
MBTU	"Million British Thermal Units" (Milhão de Unidades Térmicas Britânicas)
MEF	Ministério da Economia e Finanças
MIMO	Taxa do Mercado Monetário Interbancário
MIT	"Massachusetts Institute of Technology" (Instituto de Tecnologia de Massachusetts)
MPO	"Macro-Poverty Outlook" (Perspectiva Macroeconómica sobre a Pobreza)
MPME	Micro, Pequenas e Médias Empresas
Mt	"Metric tons" (toneladas métricas)
MZN	Novo Metical Moçambicano
NPL	"Non-Performing Loan" (Crédito Malparado)
PER	"Public Expenditure Review" (Revisão das Despesas Públicas)
PIB	Produto Interno Bruto

STATS SA	"Statistics South Africa" (Estatísticas da África do Sul)
TCRE	Taxa de Câmbio Real Efectiva
USD	"United States Dollar" (Dólar dos Estados Unidos)
WB	"World Bank" (Banco Mundial)
WDI	"World Development Indicators" (Indicadores de Desenvolvimento Mundial)
WEO	"World Economic Outlook" (Perspectivas Económicas Mundiais)
WMO	"World Meteorological Organization" (Organização Meteorológica Mundial)

Reconhecimentos

A presente edição da Actualidade Económica de Moçambique foi preparada por uma equipa liderada por Shireen Mahdi (Economista Sénior, GMTA4). A equipa incluiu Anna Carlotta Allen Massingue (Analista de Investigação, GMTA4), Fernanda Ailina Pedro Massarongo Chivulele (Analista de Investigação, GMTA4), Javier Baez (Economista Sénior, GPV01), Ian Walker (Economista Principal, GPSJB), Adelina Mucavele (Assistente de Programa, AFCS2), Ruben Barreto (Consultor, GFCAS) e Julian Casal (Economista Sénior do Sector Financeiro, GFCAS). Os pares revisores foram Harold Zavarce (Economista Sénior, IMF), Moritz Meyer (Economista, GPV07) e Sam Jones (Universidade de Copenhaga). O relatório foi elaborado sob orientação e supervisão geral de Mark R. Lundell (Director do Banco Mundial para Moçambique, AFCS2), Mathew Verghis (Gestor Sectorial, GMTA4) e Carolin Geginat (Líder do Programa, AFCS2).

Sumário Executivo

Mais estável, mas com capacidade de crescimento reduzida.

Dois anos após as revelações das dívidas ocultas que desencadearam uma crise económica significativa,¹ Moçambique está a começar a emergir de um período de elevada volatilidade macroeconómica. A estabilidade do metical, desde meados de 2017, ajudou a reduzir a inflação do pico de 26% que atingiu em Novembro de 2016, para pouco mais de 5% apurado em Agosto de 2018, ao mesmo tempo que um rápido aumento nas exportações de carvão ao longo de 2017, equivalente a 7% do PIB, apoiou a melhoria da balança comercial e a recuperação das reservas do Banco Central, as quais,² em Agosto de 2018, já permitiam a cobertura de 7 meses de importações. Além disso, no início de 2018, Moçambique já tinha assegurado a decisão final de investimento para o desenvolvimento do projecto *Coral South*, um de dois grandes projectos de exploração de jazidas de gás natural no gasoduto da bacia do Rovuma.

Contudo, Moçambique está a emergir do recente episódio de volatilidade macroeconómica, com uma capacidade de crescimento reduzida. O crescimento do PIB caiu para uma média de 3,8% entre 2016 e 2017, comparativamente à média de 8% que se verificou ao longo da década anterior,³ havendo a expectativa de que venha a atingir uma taxa ligeiramente mais baixa em 2018, no valor de 3,3%, enquanto a economia

continua a enfrentar a recessão que se seguiu à crise da dívida de 2016. A procura privada, principalmente de serviços, que constituiu o maior factor de impulso do crescimento nos anos que precederam a crise económica, diminuiu significativamente. Este fenómeno reflecte a extensão da redução do poder de compra dos consumidores, principalmente das famílias, que enfrentaram uma subida dos custos sem que os seus rendimentos tivessem aumentado ao mesmo ritmo. Também assinala a redução da capacidade de contributo do sector privado para o crescimento, bem como a reduzida capacidade da economia para gerar um volume suficiente de empregos.

Além disso, os riscos macroeconómicos continuam a ser consideráveis. O ajuste de preços mais fraco para as principais exportações de Moçambique - carvão, alumínio e tabaco constitui uma fonte de risco no que se refere às perspectivas externas. De igual modo, apesar de a posição externa actual ser adequada, as pressões poderão vir a intensificar-se a médio prazo, caso se verifique um aumento da procura por importações de produtos de consumo, enquanto as exportações e o investimento na economia não relacionada com megaprojectos ainda se mantiverem fracos. Se a recuperação da procura de importações não for acompanhada por uma melhoria no desempenho das exportações em sectores-chave, tais como agricultura e energia, e por um aumento no investimento, poderá vir a aumentar as necessidades de financiamento externo da economia e agravar a pressão sobre

¹ Na sequência das revelações de dívidas ocultas, em 2016, deu-se um declínio da confiança dos investidores e doadores, à medida que a dívida pública foi aumentando para um nível insustentável e as percepções quanto ao risco se foram deteriorando, o que contribuiu para uma redução nos fluxos de fundos externos provenientes de doadores e investidores.

² Excluindo os megaprojectos.

³ Crescimento médio do PIB de 2005 a 2015.

as reservas do Banco Central. Estas dinâmicas, que já surgiam no primeiro semestre de 2018, seriam ainda mais agravadas se houvesse um crescimento do consumo no sector público e se a flexibilização da política monetária impulsionasse a concessão de crédito ao consumo e a procura de importações.

As necessidades de financiamento para o orçamento e os riscos do sector externo obscurecem as perspectivas económicas.

Os esforços de consolidação fiscal estão a progredir. Os níveis de despesa reduziram, o que foi possível, em grande parte, através de uma acentuada redução nas despesas de investimentos. Algumas poupanças adicionais foram possíveis de realizar através da eliminação dos subsídios sobre os combustíveis e o pão. Em conjunto, entre 2015 e 2017, esses esforços traduziram-se numa redução de 3% do saldo primário (excluindo as receitas provenientes de mais-valias). No entanto, a redução gradual do défice primário coincidiu com um aumento da dívida interna, agravando os níveis do passivo e reflectindo as persistentes necessidades de financiamento do sector público, incluindo as que se encontram associadas a empresas públicas com desempenho insatisfatório. Os níveis crescentes da dívida interna constituem motivo de preocupação, tendo em conta o elevado custo do crédito interno e a possibilidade de o financiamento ao sector público limitar o acesso ao crédito pelo sector privado.

Olhando para o futuro, os riscos fiscais continuam a ser consideráveis. Pouco a pouco, a massa salarial que, tipicamente, constitui uma despesa fixa, está a começar a diminuir, mas continua a ser uma fonte de pressão fiscal significativa. Além disso, o ciclo eleitoral em curso e as modalidades de descentralização emergentes poderão vir a ter implicações orçamentais importantes, capazes de condicionar o ritmo do ajuste orçamental a médio prazo. Com estas pressões a nível de despesas no horizonte, a criação de margem fiscal sem agravar o peso da dívida implica um foco renovado na mobilização de receitas, eficiência dos gastos e redução dos riscos fiscais das empresas públicas.

Elevar a qualidade do crescimento.

A secção em foco nesta edição da Actualidade Económica de Moçambique analisa a estrutura e os factores do crescimento do país nas últimas duas décadas, e até que ponto os padrões de crescimento do passado contribuíram para moldar o cenário actual no que se refere à pobreza e desigualdade. A análise aponta vários desenvolvimentos positivos. Primeiro, a economia de Moçambique tem assistido uma gradual transição estrutural, na medida em que os trabalhadores começaram a deslocar-se do sector da agricultura, com o nível de produtividade mais baixo, para o dos serviços, um sector seis vezes mais produtivo. Isso impulsionou a produção média por trabalhador, estabeleceu a produtividade como motor de crescimento nos últimos anos e aumentou o ritmo da redução da pobreza. Entre 2008 e 2014, a taxa de redução da pobreza acelerou, conduzindo a uma descida na percentagem da população que vive nessas condições, a qual passou de 59% para 48%. No entanto, esses ganhos foram acompanhados por uma disparidade crescente entre os que se encontram em melhor situação financeira e os agregados desfavorecidos. Embora os pobres tenham obtido ganhos com o crescimento, o ritmo de ganhos dos segmentos com melhor situação financeira da sociedade foi mais elevado, principalmente nas áreas urbanas. Este padrão recente de "pró-riqueza" do crescimento reflecte a medida em que a aceleração do crescimento de Moçambique e as melhorias alcançadas no acesso aos serviços se concentraram nos centros urbanos, dificultando o progresso de Moçambique no que se refere à realização do objectivo de partilha de prosperidade. Consequentemente, o país apresenta um dos maiores níveis de desigualdade da África Subsariana, com um coeficiente de Gini de 0,56 aferido em 2014/2015.

A secção é concluída com o destaque para o facto de que lidar com a pobreza e com o desafio do aumento da desigualdade, numa economia tão dependente de recursos como é a de Moçambique, implica uma redefinição dos factores de crescimento inclusivo. Os episódios de rápido crescimento, como aqueles que foram vividos por Moçambique em

grande parte da década de 2000, constituem uma ocorrência bem-vinda. Contudo, o que determina a qualidade desse crescimento é a extensão da sua ocorrência de forma transversal aos diversos sectores e o nível de contribuição para um aumento duradouro da capacidade produtiva, mantendo, em simultâneo, um cenário macroeconómico sustentável. A mudança do modelo de crescimento no sentido de alargar os respectivos factores e

aumentar a produtividade das áreas com maior potencial de expandir emprego constitui um dos principais desafios para os decisores de política de Moçambique. O sector extractivo não é suficiente. Nos esforços empreendidos com vista ao crescimento inclusivo, é essencial fazer incidir um foco intenso e ambicioso nos objectivos de alcançar a diversificação, aumentar a produtividade rural e proporcionar mais igualdade de acesso aos serviços.

Primeira Parte: Desenvolvimentos Económicos Recentes

Crescimento Económico

O crescimento mais lento da produção de carvão poderá vir a anular a recuperação nos sectores da manufactura e dos serviços, enfraquecendo as expectativas de crescimento para 2018.

Os primeiros indicadores para 2018 sugerem que Moçambique se mantém numa trajectória de crescimento reduzido. Após o crescimento do PIB real ter caído para 3,8% e 3,7% em 2016 e 2017, respectivamente, os indicadores de crescimento assinalam que a economia continua a confrontar-se com os efeitos da recessão económica que teve início imediatamente depois da crise da dívida oculta, em 2016. O crescimento do PIB de 3,3% apurado no primeiro semestre de 2018 é inferior ao crescimento de 4% que se registou no primeiro semestre de 2017. Uma ligeira retoma, transversal a vários sectores, foi anulada pelo reduzido contributo do sector extractivo para o crescimento, ao mesmo tempo que o desempenho do sector privado se manteve fraco. Estas tendências, discutidas mais abaixo, constituem indicadores das possíveis tendências que se irão verificar ao longo do ano, e explicam a expectativa de que haverá uma ligeira redução no crescimento do PIB, para 3,3%, em 2018 (Figura 1).

As tendências recentes apontam para sinais mais positivos no que se refere ao crescimento

de certos sectores em 2018. Entre esses sinais, destacam-se as potenciais recuperações, embora modestas, na indústria transformadora, construção e serviços, que registaram maiores contributos para o crescimento no primeiro semestre de 2018. Esses sectores, que foram os mais profundamente afectados pela redução da confiança dos investidores e da procura interna ao longo dos últimos dois anos, estão agora a recuperar gradualmente, à medida que o contexto económico se vai estabilizando. A melhoria dos níveis de pluviosidade também está a ajudar na recuperação dos reservatórios de água de Moçambique e poderá vir a impulsionar a geração de energia hidroeléctrica.

No entanto, é expectável que o sector dos produtos extractivos, de onde veio o principal contributo para o crescimento em 2017, cresça a um ritmo mais lento em 2018. É provável que um crescimento mais lento na produção de carvão, após a escalada significativa que se verificou em 2017, venha a limitar o contributo do sector extractivo para o crescimento em 2018, anulando o efeito de algumas das potenciais melhorias noutros sectores (Figura 2).⁴ Não obstante, a indústria extractiva continua a contribuir significativamente para o crescimento do PIB e a liderar o nível de concentração na economia, uma vez que este sector tem vindo crescer até ao ponto de, até o final de 2017,

⁴ Espera-se que o crescimento nos volumes de produção de carvão diminua uma vez que a indústria do carvão está operar perto das suas possibilidades de produção.

ter representado 50% das exportações⁵ da economia.

As perspectivas de crescimento também dependem da recuperação do consumo privado, principalmente os serviços. A procura privada de serviços⁶ constituiu o maior factor de impulso do crescimento nos anos que precederam a crise económica actual, tendo contribuído para quase dois terços do crescimento do PIB, em média, entre 2012 e 2015. Em 2017, a procura privada de serviços contraiu significativamente, contribuindo apenas para pouco mais de um quinto do crescimento do PIB. Tal situação reflecte a fraca procura por parte dos consumidores de uma série de serviços, principalmente das famílias, que assistiram à subida dos custos sem que os seus rendimentos tivessem aumentado ao mesmo ritmo (Figura 3). A recuperação deste sector é crucial para as perspectivas de crescimento futuro de Moçambique, sendo também muito importante para as perspectivas de emprego de um grande número de moçambicanos que escaparam da pobreza ao entrarem no mercado de trabalho informal deste sector.

Um enfoque dos esforços de política na redução da incerteza macroeconómica e no reforço do investimento, principalmente nas áreas rurais, prepararia as bases para a recuperação e para um crescimento mais inclusivo. Os progressos conseguidos no restabelecimento da paz no centro de Moçambique constituem uma bênção para o crescimento económico que permite preparar uma recuperação gradual mais alargada, se forem acompanhados pela redução da incerteza macroeconómica e por reformas estruturais que

façam impulsionar os investimentos públicos e privados, principalmente nas zonas rurais. A segunda parte do presente relatório foca nesta agenda, discutindo a distribuição do crescimento nos últimos anos e os factores necessários para garantir um crescimento futuro mais inclusivo e resiliente.

O fraco desempenho da economia nas áreas não relacionadas com megaprojectos poderia manter o crescimento do PIB na faixa dos 3%-4% até ao final da década.

Prevê-se que o crescimento do PIB de Moçambique aumentará gradualmente em direcção aos 4% até 2020 e que poderá avançar a um ritmo mais célere com o progresso no desenvolvimento dos megaprojectos na área do gás natural liquefeito. É expectável que o crescimento se venha a consolidar gradualmente num cenário estável em termos de preços, o que ajudaria a criar condições para flexibilizar a política monetária e proporcionar estímulos ao investimento. A queda prolongada na procura por parte dos consumidores, os atrasos dos investimentos na área do GNL e aumentos contínuos dos encargos da dívida interna constituem fontes de risco para as perspectivas de crescimento a curto prazo. A exposição a choques climáticos constitui uma fonte de risco adicional e significativa para Moçambique, que tem uma das economias mais vulneráveis a estes eventos em África, o que é uma potencial ameaça para temporada de colheitas de 2018/19.⁷ No entanto, a médio prazo, o progresso nos projectos de gás da bacia do Rovuma poderá vir a impulsionar o investimento e a confiança, pelo que representa um ponto favorável e significativo para as perspectivas de crescimento.

⁵ Se incluirmos o alumínio, este valor aumenta para 74% das exportações.

⁶ A procura privada de serviços inclui o comércio, a hotelaria e restauração, os transportes, os serviços públicos e os serviços do sector financeiro.

⁷ De acordo com a Organização Meteorológica Mundial, as estações de monitorização meteorológica prevêem níveis de precipitação inferiores aos normais para a região da África Austral em finais de 2018 - Actualização sobre o el Niño / la Niña, Setembro de 2018.

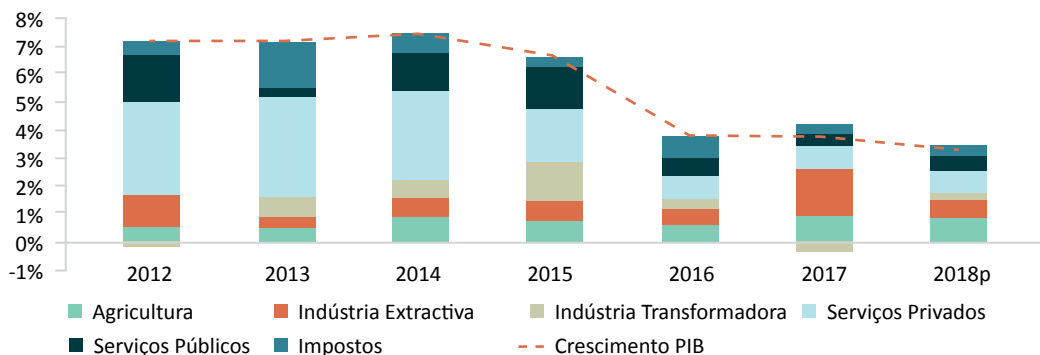
Tabela 1: Perspectivas de Crescimento

	2017e	2018p	2019p	2020p
PIB real, Δ %	3,7	3,3	3,5	4,1

Fonte: Estimativas da equipa do Banco Mundial. p = Projecção

Figura 1: Prevê-se que o crescimento do PIB irá diminuir ligeiramente em 2018...

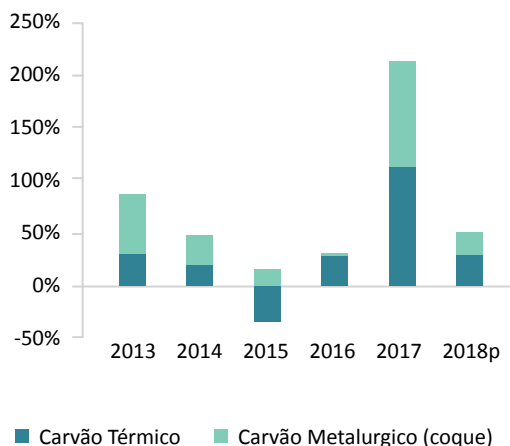
Contribuição Anual para o Crescimento (%), 2012-18



Fonte: INE; estimativas da equipa do Banco Mundial.

Figura 2: ... à medida que se vai dando o declínio na taxa de crescimento associada à produção de carvão...

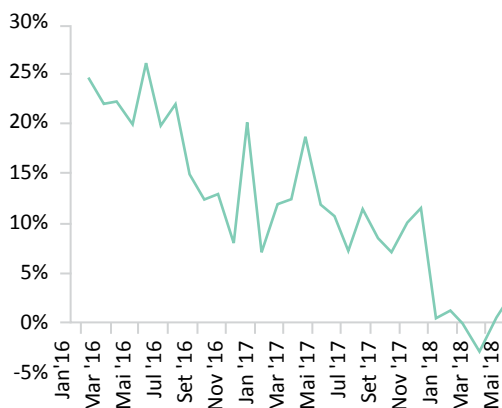
Volumes da produção de carvão (variação percentual), 2013-18



Fonte: INE; estimativas da equipa do Banco Mundial.

Figura 3: ... e à medida que o poder de compra das famílias continua a ser deteriorado pelos preços.

Índice de remuneração (mudança % a 12 meses), 2016-18



Fonte: INE.

Taxa de Câmbio e Inflação

O alívio nos preços dos alimentos e a estabilidade do metical favoreceram uma perspectiva mais estável relativamente aos preços.

Moçambique está a recuperar de um dos mais rápidos episódios de desvalorização da moeda e aumento da inflação de toda sua história, à medida que a economia regressa a uma perspectiva de maior estabilidade relativamente à divisa e aos preços. A instabilidade de preços que se verificou entre 2016 e 2017⁸ foi o indicador mais claro da turbulência emergente na economia nesse período e teve consequências significativas sobre o bem-estar dos segmentos menos favorecidos da população (Caixa 1). Também se verificou um impacto duradouro no sector privado, principalmente entre as empresas privadas e empresas públicas (EPs) com exposições mais elevadas ao risco cambial.⁹

A estabilidade contínua do metical, desde meados de 2017, ajudou a manter a inflação controlada. A taxa de câmbio entre o metical e o dólar americano, bem como a inflação na África do Sul, são determinantes-chave para as tendências inflacionistas em Moçambique.¹⁰ A recuperação do metical que se verificou entre Outubro de 2016 e Junho de 2017, com o apoio

de uma política monetária mais restritiva e de uma taxa de inflação mais baixa na África do Sul, contribuiu para restaurar uma perspectiva mais estável relativamente aos preços. Em Agosto de 2018,¹¹ a inflação homóloga manteve-se nos 5%, levando uma inflação média a 12 meses de 5%. A desagregação das tendências inflacionistas entre bens comercializáveis e os não comercializáveis mostra-nos até que ponto a valorização do metical ocorrida entre Outubro de 2016 e Junho de 2017, bem como a sua estabilidade a partir dessa altura, têm contribuído para a redução do custo das mercadorias importadas (Figura 4).

Desde Janeiro de 2018, os preços dos alimentos deixaram de ser o principal factor impulsionador da inflação. Isso deve-se parcialmente à melhoria no fornecimento interno¹² de bens alimentares e ao contributo positivo que o aumento da segurança no centro de Moçambique está a ter sobre as actividades dos agricultores que operam na região. Os preços dos alimentos provenientes da África do Sul também tendem a ser determinantes para os preços dos alimentos de Moçambique, considerando o volume de trocas comerciais entre ambas as economias, pelo que a descida da inflação nos alimentos que se verifica desde Janeiro de 2018 tem ajudado a reduzir as pressões dos preços no mercado interno (Figura 5).

⁸ O volume de influxos de moeda estrangeira sofreu uma contracção, após a revelação, em Abril de 2016, da existência de volumes de dívida adicionais significativos, o que deteriorou a confiança dos doadores e investidores e reduziu as entradas de capitais estrangeiros. Em 2016, as expectativas cambiais também se agravaram, conduzindo à depreciação do metical e a um aumento da inflação entre 2016 e 2017.

⁹ Actualidade Económica de Moçambique, "Uma Economia a Duas Velocidades", Banco Mundial (2017).

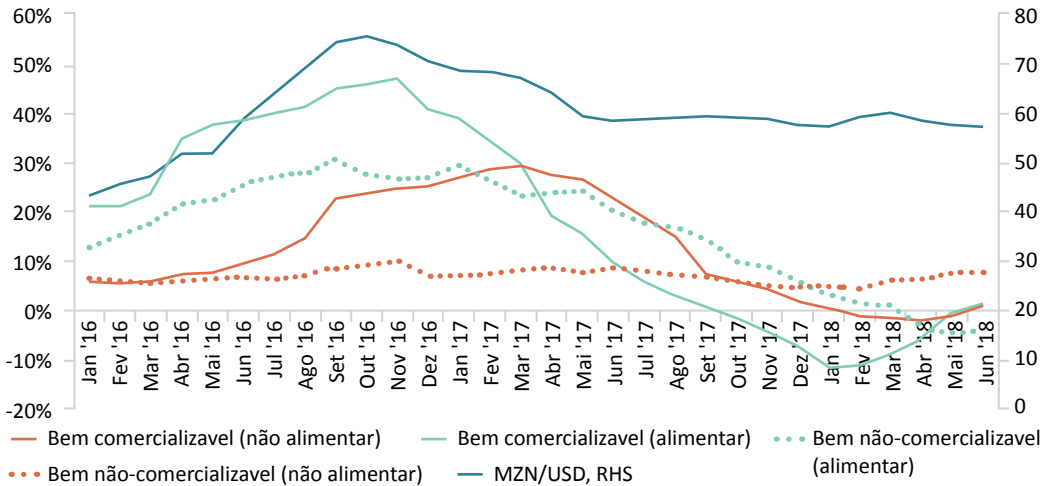
¹⁰ Actualidade Económica de Moçambique, "Perante Escolhas Difíceis", Banco Mundial (2016).

¹¹ Em Novembro de 2016, a inflação atingiu um pico de 26%, continuando a descer ao longo de 2017.

¹² A produção de milho acima da média que se verificou em 2017 permitiu ao país aprovisionar os seus stocks durante a campanha de 2017/2018 e, dessa forma, aumentar a disponibilidade de stock interno (FAO GIEWS, 2018).

Figura 4: A maior estabilidade do metical tem ajudado a reduzir a inflação, principalmente no caso dos bens transaccionáveis...

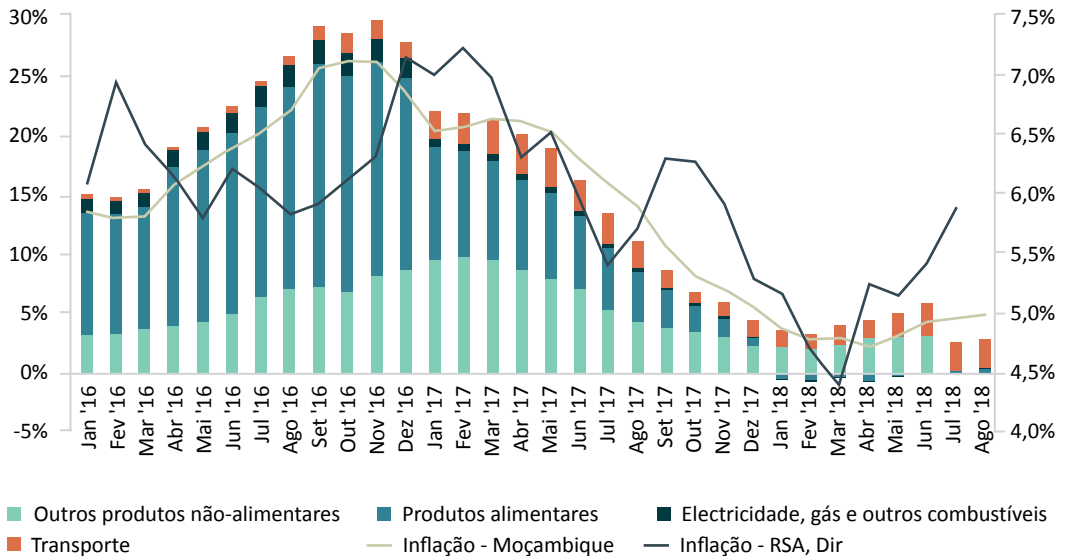
Inflação dos bens transaccionáveis vs. não transaccionáveis (variação percentual a 12 meses) e MZN/USD; 2016-18



Source: World Bank estimates based on INE data.

Figura 5: ... o que, conjugado com a inflação mais baixa na África do Sul, arrefeceu os preços dos alimentos.

Contributos dos produtos alimentares e não alimentares para a inflação, 2016 – 18



Fonte: Estimativas do Banco Mundial, com base nos dados do INE; STATS SA

Caixa 1: O que é que aconteceu à pobreza após a subida da inflação em 2016?

Entre 2016 e 2017, Moçambique enfrentou uma subida acentuada no preço dos alimentos, que chegou a ser de 40% em Novembro de 2016. Durante esse período, os preços do milho, arroz e mandioca, que representam uma parte substancial da dieta moçambicana (em média, 30% da alocação do orçamento das famílias), aumentaram significativamente. A combinação dos efeitos de uma desvalorização acentuada da moeda (uma vez que Moçambique é importador líquido de milho e arroz) com os da seca provocada pelo el Niño, foi fulcral para esta tendência.

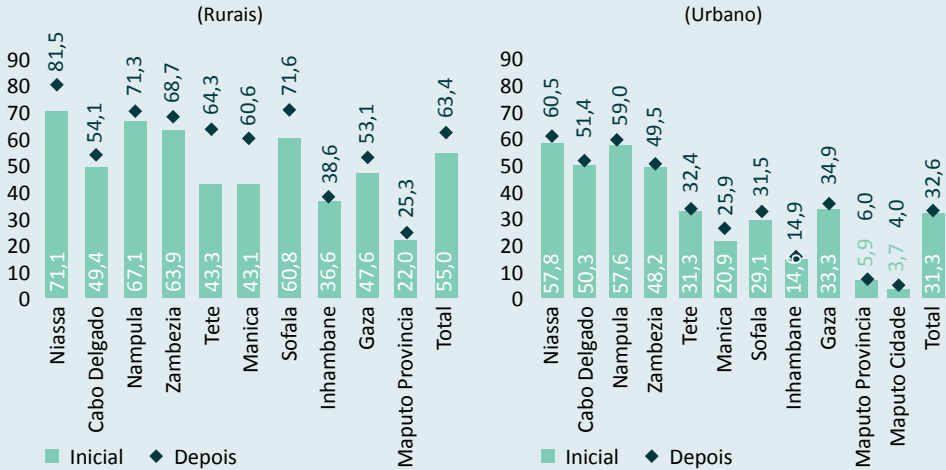
Os aumentos substanciais nos preços dos bens básicos levaram à redução do consumo das famílias, principalmente nas zonas rurais. Uma análise recente do Banco Mundial sobre as implicações a nível de bem-estar do pico da inflação dos alimentos que ocorreu em 2016-17 constatou que essa situação poderá ter-se traduzido num aumento de 4 a 6 pontos percentuais nos níveis de pobreza, com maior peso sobre algumas das províncias mais pobres (Manica, Niassa e Tete), devido ao seu elevado nível de dependência do consumo de milho. Uma análise do impacto líquido dos preços mais elevados sobre o bem-estar (ou seja, o impacto líquido sobre as famílias, tendo em conta as diferenças entre a compra de alimentos e a produção de alimentos) mostra que um aumento de 10% nos preços do milho provocou uma

redução no consumo per capita das famílias de 1,2% nas áreas rurais e 0,2% nas áreas urbanas. Os efeitos das alterações dos preços do arroz e da mandioca sobre o bem-estar foram menores, mas equivalentes em termos qualitativos. Os efeitos negativos dos aumentos de preços foram maiores para os três primeiros quintis da distribuição dos rendimentos.

Estes resultados evidenciam os custos da instabilidade macroeconómica para os pobres, principalmente se levarmos em conta a desproporcionalidade da medida em que os picos de preços dos alimentos são sentidos pelas famílias mais carenciadas, mesmo nos casos em que elas próprias são produtoras de alimentos. As conclusões desta análise justificam que se dê mais atenção aos impactos da inflação do preço dos alimentos sobre o bem-estar. A prudência na gestão macroeconómica é vital. Outras acções a nível de políticas-chave incluem o aumento da produtividade e resiliência da agricultura através de mercados de factores de produção e de produtos agrícolas mais eficientes e conectados, bem como o investimento em redes de segurança social nas zonas rurais, a fim de mitigar o impacto dos choques sobre os agregados familiares dessas zonas, nomeadamente, por meio de mecanismos tais como sistemas de monitoria dos preços e da segurança alimentar.

Figura 6: Os picos de preços dos alimentos aumentaram a pobreza em todas as províncias, concentrando-se esse aumento, maioritariamente, nas zonas rurais.

Efeito do aumento dos preços sobre a pobreza



Fonte: Banco Mundial sobre o IOF-2014/15 e o IAS-2015

Fonte: Banco Mundial, "Quem é que fica a ganhar e a perder com os picos de preços dos alimentos básicos? Implicações sobre o bem-estar em Moçambique", 2018.

O Sector Externo

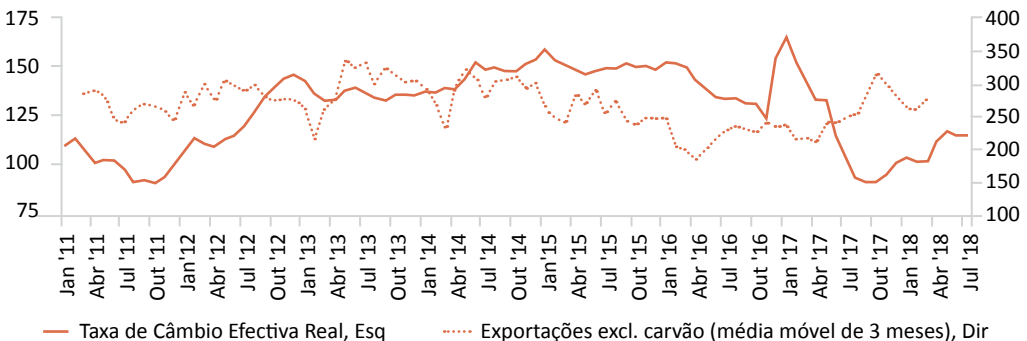
Para 2018, espera-se um ligeiro aumento do défice da conta corrente, com a recuperação das importações devido à estabilidade da moeda.

Os ganhos provenientes do acentuado aumento na produção de carvão verificado em 2017-18 continuam a manter o nível das

exportações e a suportar a posição externa em geral. Após ter registado uma redução dos 40% do PIB para 20% entre 2015 e 2017, prevê-se que o défice da conta corrente (DCC) apresentará uma ligeira subida em 2018, para 24% do PIB, devido, principalmente, ao aumento do défice comercial nas áreas da economia não relacionadas com os megaprojectos.

Figura 7: A TCRE regressou aos níveis de 2011.

Taxa de câmbio real efectiva (2010 = 100) e exportação (milhões de USD), 2011 – 18 (2010 = 100)



Fonte: Estimativas do Banco Mundial, com base nos dados do BdM e do INE.

A factura crescente da importação de produtos de consumo e a desaceleração das exportações agrícolas exercem pressões sobre a balança comercial nas áreas da economia não relacionadas com megaprojectos. As importações de bens não relacionados com megaprojectos (que representam cerca de 80% do total de mercadorias importadas¹³) aumentaram 13% em 2017, prevendo-se que vão aumentar mais 24% em 2018. Com a retomada da estabilidade do metical, a procura de bens importados tem vindo a recuperar, principalmente no que se refere aos produtos de consumo. Isso reflecte-se no aumento dos indicadores de confiança, tais como o da previsão da procura, que regressaram aos níveis pré-crise no início deste ano. O aumento nos preços de certas importações-chave, tais como as de alimentos e combustíveis, constitui outro factor por detrás da conta das importações. Outro factor de risco é o da diminuição das exportações de produtos agrícolas, que se destacou por uma queda de 14% na exportação de tabaco (a principal exportação de Moçambique não relacionada com os megaprojectos) na primeira metade de 2018.¹⁴ Estas tendências evidenciam os riscos de queda associados ao fraco desempenho das exportações nos sectores não-extractivos. Também destacam a modesta resposta dos exportadores de Moçambique ao estímulo proporcionado por uma taxa de câmbio real mais competitiva em vigor desde 2016 (Figura 7), uma vez que o acesso ao crédito e os condicionalismos estruturais continuam a representar obstáculos para o crescimento.

Os níveis das reservas externas continuam a ser adequados, apesar de se verificar um declínio constante no investimento directo estrangeiro.

O IDE continua a ser a principal fonte de financiamento externo, mas está a cobrir uma parcela mais pequena do défice da conta corrente, levando o sector privado a recorrer cada vez mais a instrumentos de financiamento de curto prazo. Entre 2010 e 2017, os influxos de IDE foram equivalentes, em média, a 84% do défice da conta corrente. A queda continua nos influxos de IDE desde 2015 (Figura 10) e a previsão de aumento do défice da conta corrente sugerem que o papel do IDE, no que se refere à cobertura das necessidades de financiamento externo da economia, poderá vir a diminuir ainda mais em 2018 (segundo as estimativas, até cerca de 54% do défice da conta corrente).¹⁵ O financiamento da dívida a longo prazo também diminuiu, uma vez que o sobreendividamento do país restringiu a capacidade de obtenção de empréstimos externos por parte dos sectores público e privado. Neste contexto, o sector privado tem vindo a depender cada vez mais de canais de financiamento a curto prazo, tais como créditos comerciais, para financiar as transacções externas. Esta tendência, que afecta substancialmente as empresas não relacionadas com megaprojectos, tem implicações negativas. Os instrumentos de financiamento de curto prazo apresentam maior exposição ao risco do que os de longo prazo e são menos favoráveis ao investimento e à expansão da capacidade produtiva, uma vez que tendem a cobrir as necessidades operacionais correntes,

¹³ A figura refere-se à média entre 2011 e 2017.

¹⁴ As exportações de tabaco foram particularmente reduzidas no primeiro trimestre de 2018, na sequência da baixa produção que se verificou em 2017 devido às condições meteorológicas adversas e à substituição das culturas em favor do milho por parte dos pequenos agricultores.

¹⁵ Uma combinação entre a menor confiança na economia pós-2016 e o ciclo de investimento afunilado no sector do GNL levou à redução do IDE.

o que destaca a importância de se recuperar a confiança dos investidores, a fim de impulsionar o IDE e as perspectivas económicas.

Tendo continuado a recuperar ao longo de 2017, as reservas internacionais brutas fixaram-se no valor de 3,2 mil milhões de USD em Agosto de 2018, suficiente para cobrir, aproximadamente, 7 meses de importações (excluindo os megaprojectos). O excedente da balança de pagamentos de 2017 ajudou a posicionar a cobertura da reserva de Moçambique em níveis mais confortáveis e mais consonantes com os de outras economias dependentes de recursos da região (Figura 11). Esta melhoria deixa as reservas em condições de absorverem as pressões emergentes no início de 2018, tais como as necessidades do sector dos combustíveis e do serviço de dívida pública, que contribuíram para uma queda das reservas no valor de 110 milhões de USD durante o primeiro semestre de 2018.

No seu todo, a actividade económica apresenta-se robusta, mas os potenciais desequilíbrios da economia não relacionada com megaprojectos e uma perspectiva de preços mais baixos para as "commodities" aumentam os riscos externos.

A expectativa de preços mais baixos para algumas das commodities com maior peso em Moçambique constitui uma fonte de risco em termos de perspectivas externas. Os preços das *commodities* melhoraram no primeiro trimestre de 2018, o que foi suportado

pela aceleração do crescimento a nível global e pelas condições de fornecimento mais restritivas de várias *commodities*. No entanto, as últimas perspectivas de preço¹⁶ das *commodities* sugerem um ajuste de preço mais suave em 2019 e 2020 para o carvão, alumínio e tabaco, produtos esses que, em 2017, no seu conjunto, representaram 64% das exportações. O aumento dos preços das *commodities* que se verificou nos últimos dois anos, principalmente no caso do carvão, desempenhou um papel central no apoio à economia, tornando a redução de preço uma fonte significativa de risco macroeconómico.

Além disso, as pressões sobre a posição externa poderão vir a intensificar a médio prazo, se houver uma recuperação na procura de importações de produtos de consumo, enquanto as exportações e investimentos na economia não relacionada com megaprojectos ainda se mantiverem fracas. A recuperação na procura de importações, se não for acompanhada por uma melhoria no desempenho das exportações em sectores-chave, tais como os da agricultura e da energia, e por um aumento do investimento, poderá aumentar as necessidades de financiamento externo da economia e agravar a pressão sobre as reservas do Banco Central. Estas dinâmicas, que já estavam a começar a surgir no primeiro semestre de 2018, podem ser ainda mais acentuadas caso haja um crescimento do consumo no sector público e se a flexibilização da política monetária resultasse num rápido aumento da concessão de crédito ao consumo e da procura de importações.

¹⁶ Perspectiva do Mercado das *Commodities* do Banco Mundial, Outubro de 2018.

Tabela 2: A Balança de Pagamentos

(milhões de USD, a menos que haja indicação em contrário)	2016 Real	2017 Estimativa	2018 Previsões	Δ 16/17	Δ 17/18
Conta Corrente (% do PIB)	-35,0	-20,4	-23,6
Conta Corrente	-3846	-2584	-3456	-33%	34%
Balança Comercial	-4,106	-2,828	-3,574	-31%	26%
Mercadorias, líquido	-1,405	498	-1,125	-65%	126%
Exportações	3328	4725	5334	42%	13%
<i>megaprojectos</i>	2413	3719	4179	54%	12%
<i>excl. megaprojectos</i>	915	1007	1155	10%	15%
Importações	4733	5223	6458	10%	24%
<i>megaprojectos</i>	771	733	883	-5%	21%
<i>excl. megaprojectos</i>	3962	4490	5575	13%	24%
Serviços, líquido	-2701	-2331	-2449	-14%	5%
Rendimentos e transferências, líquido	260	244	118	-6%	-52%
Balança de Capitais e Financeira	3374	3856	3817	14%	-1%
<i>dos quais:</i>					
IDE, líquido	3093	2292	1859	-26%	-19%
<i>megaprojectos</i>	1322	911	812	-31%	-11%
<i>excl. megaprojectos</i>	1771	1381	1047	-22%	-24%
Outros, líquido (1)	74	1360	1744	1742%	28%
Balanço Geral	-472	1272	361

Fonte: BdM, estimativas da equipa do Banco Mundial

Notas: (1) Outros fluxos incluem: a carteira líquida de investimentos; moeda e depósitos; empréstimos; seguros, pensões e planos de garantia padronizadas (líquidos); créditos comerciais e adiantamentos líquidos; outra contas a pagar/receber líquidas.

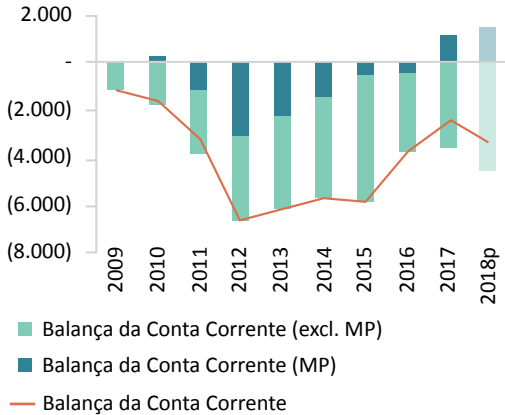
Tabela 3: Perspectivas Externas

	2017e	2018p	2019p	2020p
Preço Nominal das <i>Commodities</i>				
Alumínio; USD/mt	1968	2175	2100	2109
Carvão, Austrália; USD/mt	88,4	85	75	65
Carvão de coque, Austrália; USD/t	194	132	115	115
Gás natural, Europa; USD/mmbtu	5,6	6,5	6,6	6,7
Tabaco; USD/mt	4679	4900	4865	4831
Défice da Conta Corrente, % do PIB	-20,4	-23,6	-53,9	-57,6

Fonte: Estimativas da equipa do Banco Mundial; Bloomberg; p = Projecção

Figura 8: O défice da conta corrente tem tendência a aumentar, devido a um défice cada vez maior da economia não relacionada com os megaprojectos...

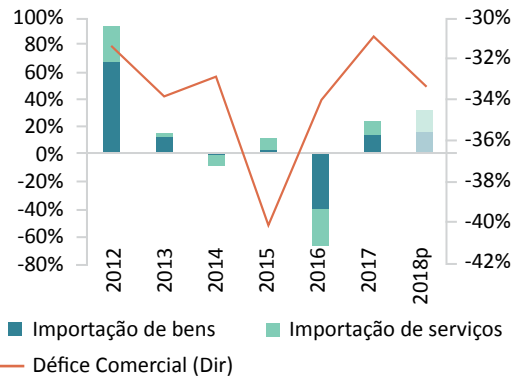
Balança de Transacções Correntes (milhões de USD), 2009-18



Fonte: BdM; estimativas da equipa do Banco Mundial.

Figura 9: ... enquanto as importações de produtos de consumo começam a recuperar.

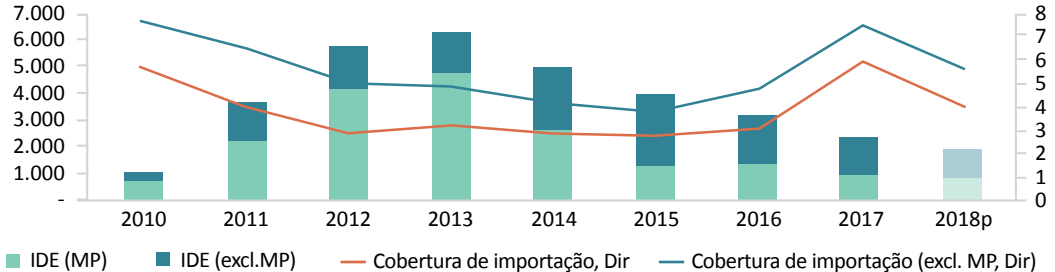
Mudança nos níveis de importação não relacionada com megaprojectos (%) e balança comercial (% do PIB), 2012-18



Fonte: BdM; estimativas da equipa do Banco Mundial.

Figura 10: Os influxos de IDE continuam em declínio.

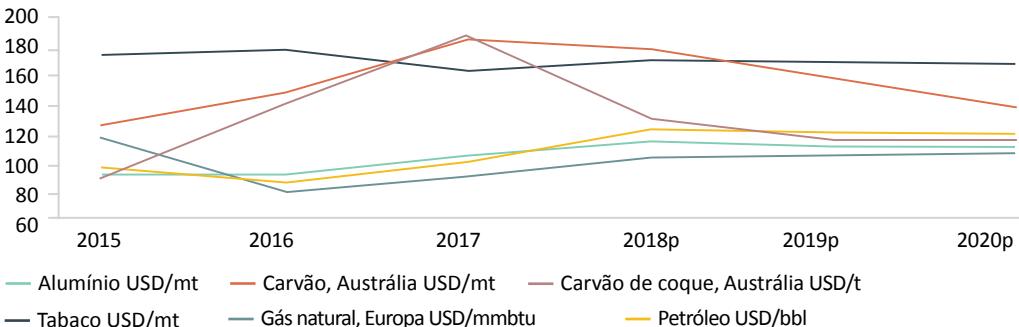
Fluxos líquidos de investimento directo estrangeiro (milhões de USD) e meses de cobertura das importações; 2010-18



Fonte: BdM; estimativas da equipa do Banco Mundial.

Figura 11: A perspectiva mais fraca relativamente aos preços constitui uma fonte de risco externo.

Tendências de preços de commodities seleccionadas (2005=100); 2015-20



Fonte: Banco Mundial

Política Fiscal

Os esforços de consolidação fiscal são dificultados pelas persistentes necessidades de financiamento do sector público e pela subida dos níveis de endividamento interno.

Os esforços de consolidação fiscal estão a progredir gradualmente. O orçamento de Moçambique tem vindo a debater-se com o problema da margem fiscal reduzida desde o início da crise da dívida, em 2016, na medida em que os níveis de financiamento externo foram caindo e os custos do serviço de dívida foram aumentando. Entre 2015 e 2017,¹⁷ os donativos externos e os empréstimos destinados a projectos diminuíram para 3% do PIB, enquanto os custos do serviço de dívida acrescentaram ao orçamento um valor equivalente a 2,4% do PIB (com base nos compromissos assumidos).¹⁸ O orçamento tem feito progressos na adaptação a estas circunstâncias, através de medidas de redução de gastos e aumento das receitas. O total das despesas desceu para 33% do PIB, dos 36% registados em 2015, com base nos compromissos assumidos.¹⁹ As despesas de investimento são as que sofreram o maior impacto do ajuste orçamental, tendo caído de 13% para 7% do PIB ao longo deste período.²⁰ Algumas poupanças adicionais foram feitas através da eliminação dos subsídios sobre os combustíveis e o pão (consultar a Caixa 2).²¹ Segundo as estimativas, estes esforços contribuíram para uma redução de 3% do défice primário²² (excluindo as receitas de mais-valias obtidas em 2017, equivalentes a 2,7% do PIB), que passou de 6,4% do PIB em 2015 para 3,4% do PIB

em 2017 (Figura 12 e Figura 13). Além disso, as tendências de execução orçamental da primeira metade de 2018 apontam para a possibilidade de mais reduções nos défices fiscais.

Apesar deste progresso, os atrasos nos pagamentos e o aumento da dívida interna indicam que continuam a verificar-se dificuldades no financiamento das despesas, mesmo que estas, actualmente, sejam mais reduzidas. Embora as autoridades tenham feito progressos na contenção do crescimento orçamental, as fontes de financiamento acessível disponíveis para financiar o défice foram limitadas. O declínio gradual do défice primário coincidiu com um aumento da dívida interna, de 25% para 27% do PIB entre 2016 e 2017,²³ uma vez que o acesso ao crédito externo continua a ser reduzido. Esta tendência continua em 2018, com os níveis da dívida interna a subirem mais 10 mil milhões de MZN (cerca de 1% do PIB) no primeiro semestre do ano. Este aumento, que ocorre num período de taxas de juro internas elevadas, fez subir o custo médio do serviço de dívida interna para 17% (comparativamente aos 5% registados em 2015).²⁴ Essas pressões, conjugadas com os custos do serviço da dívida externa, limitaram a redução do défice fiscal global, que passou do valor de 7,7% do PIB registado em 2015 para o de 7,2% do PIB apurado em 2017.²⁵ Os atrasos devidos a fornecedores do sector privado também continuam a constituir um desafio. As estimativas do Governo posicionam o stock de pagamentos atrasados à fornecedores

¹⁷ A Conta Geral do Estado de 2017 mostra que a rubrica orçamental correspondente às subvenções e projectos financiados por doadores se estreitou para 3,9% do PIB em 2017, comparativamente aos 7,1% do PIB que representava em 2015.

¹⁸ 0,9%, numa base de caixa.

¹⁹ As contas fiscais de Moçambique são apresentadas numa base de caixa, pelo que não relatam os atrasos referentes às despesas, o que limita a transparência fiscal e a capacidade de avaliar claramente o estado das finanças públicas. Elaborar estimativas de tendências fiscais com base nos compromissos assumidos significa que se incluem em tais estimativas as despesas que foram autorizadas durante o ano, mas que ainda se encontram por pagar.

²⁰ Situando-se em 7% do PIB, os níveis de investimento público de Moçambique continuam acima da média dos países homólogos na região (a média para o Malawi, Angola, Botswana, Gana, Quênia, Nigéria, África do Sul, Zimbábwe e Zâmbia para o período de 2015-2017 foi de 5% do PIB).

²¹ Se não tivesse havido qualquer reforma em 2017, as despesas com subsídios de preços corresponderiam a um valor estimado de 0,7% do PIB, do qual 0,6% do PIB (4,8 mil milhões de MZN) teria sido gasto em subsídios de combustível.

²² O défice primário é equivalente ao défice fiscal global menos os pagamentos de juros.

²³ Incluindo a dívida das EPs.

²⁴ O custo médio da dívida interna corresponde à taxa efectiva dos juros pagos pelo stock da dívida. Neste caso, é obtido calculando o rácio entre o total dos pagamentos de juros sobre a dívida interna e o stock total de dívida interna comunicado pelo governo central.

²⁵ Com base nos compromissos assumidos.

domésticos em finais de 2016²⁶ no patamar dos 3,8% do PIB, equivalente ao orçamento público alocado ao sector da saúde em 2018 e cerca de 12% do valor crédito total concedido ao sector privado até Junho de 2018 (Figura 14 e Figura 15).

Este cenário reflecte as persistentes necessidades de financiamento do sector público, nomeadamente aquelas que se encontram relacionadas com o fraco desempenho das empresas públicas. Os riscos fiscais das empresas públicas têm vindo a materializar-se e a agravar as necessidades de financiamento do sector público que, cada vez mais, são satisfeitas através de empréstimos internos. Nomeadamente, em 2017, o apoio aos custos financeiros e operacionais das EPs com baixo desempenho conduziu ao aumento das necessidades de financiamento interno, tal como aconteceu com os pagamentos realizados para cumprir obrigações pendentes a fornecedores de combustíveis. No total, foi reportado uma canalização de 11 mil milhões de MZN (1,4% do PIB) ao apoio a entidades públicas, incluindo 7,4 mil milhões de MZN para garantir a dívida das EPs através da emissão de obrigações e 3,6 mil milhões de MZN de dívida assumida.²⁷ Na falta de um programa de reestruturação eficaz, as EPs continuaram a constituir uma fonte de risco fiscal, tendo em conta as persistentes dificuldades operacionais e financeiras enfrentadas por muitas destas empresas.

A redução do financiamento externo e o fortalecimento do metical têm contribuído para a redução do stock da dívida pública total do pico de 128% atingido em 2016 para 112% no final de 2017,²⁸ no entanto o stock e serviço da dívida interna aumentaram. No final de 2017, a dívida externa reduziu para 85% do PIB, comparativamente

aos 104% do PIB que representava em 2016. Em contraste, estima-se que, ao longo deste período, a dívida interna aumentou para 27% (incluindo as EPs), o que corresponde a um aumento de 2% relativamente ao PIB, e que esse aumento prosseguiu em 2018. Embora represente uma parte relativamente pequena do stock da dívida pública total, a dívida interna emitida desde 2016 tem um custo relativamente alto. Também tem perfis de maturidade mais curtos do que a maioria dos empréstimos externos multilaterais e bilaterais, o que leva a um aumento dos riscos de prorrogação.

Com pressões das despesas no horizonte, a criação de margem fiscal sem agravar o peso da dívida implica um foco renovado na mobilização de receitas, eficiência dos gastos e redução dos riscos fiscais das empresas públicas.

O ciclo eleitoral em curso e as modalidades de descentralização emergentes poderão vir a ter implicações orçamentais significativas, capazes de condicionar o ritmo do ajustamento orçamental a médio prazo. Com as eleições municipais em 2018 e as eleições gerais em 2019, os custos orçamentais relacionados com o ciclo eleitoral constituem um possível ponto de pressão fiscal. O orçamento para os investimentos domésticos (que, normalmente, consome uma grande parte do orçamento eleitoral) aumentou, em média, 17 e 20%, respectivamente, durante a última ronda de eleições municipais e gerais.²⁹ De igual modo, no mesmo período, as despesas com bens e serviços aumentaram, em média, 20 a 27%, respectivamente. Os regimes de descentralização emergentes que acompanham os acordos de paz entre a Frelimo e a Renamo trazem ainda mais pressões, que poderão vir a aumentar as despesas com pessoal e administrativas.

²⁶ Ministério da Economia e Finanças – "O Estágio e Perspectivas da Economia Nacional" (2018).

²⁷ A Conta Geral do Estado de 2017 relata a ocorrência de transacções de resgate de entidades públicas, entre as quais se incluem a Maputo Sul, o Fundo de Estradas e diversos fornecedores de combustíveis.

²⁸ Com base na Análise de Sustentabilidade da Dívida de Fevereiro de 2018 preparada pelas equipas do FMI e do Banco Mundial.

²⁹ Em 2013 e 2014, respectivamente.

Um pacote de reformas regulamentares recentes, se for bem implementado, vai fortalecer a gestão fiscal.

O Governo de Moçambique avançou com várias reformas-chave para fortalecer a gestão fiscal, incluindo novos regulamentos para melhorar a gestão da dívida pública e das garantias do Estado, a revisão do quadro legal para reforçar a gestão das EPs e uma estrutura renovada para melhorar a selecção dos projectos de investimento público. As autoridades também introduziram medidas para limitar o crescimento da massa salarial,³⁰ restringindo as admissões, subsídios e promoções. Estas reformas ajudam a recuperar a confiança nas instituições fiscais, principalmente na sequência dos acontecimentos associados à questão das dívidas ocultas, que revelaram a existência de lacunas significativas nos quadros regulamentares das garantias do Estado, EPs e investimento público. A qualidade e a extensão da implementação destas reformas vão determinar o impacto e a medida do contributo das mesmas para conferir uma base mais sólida ao quadro fiscal de Moçambique.

A agenda de reformas remanescente é substancial.

Com riscos fiscais significativos à vista, as reformas no sentido de alargar a margem fiscal e aumentar a eficiência das despesas públicas continuam a ser urgentes. Neste esforço, incluem-se as reformas administrativas para reduzir a massa salarial de Moçambique e alinhá-la com os níveis observados noutros países ao mesmo nível (onde a média de gastos com a massa salarial em 2016 foi equivalente a 6,6% do PIB).³¹ Também é urgente resolver o problema do desempenho insatisfatório no sector das EPs, o que irá envolver a reestruturação da carteira de empresas que

se encontram em situação precária e a sua concentração num número mais pequeno de empresas estratégicas com bons desempenhos. As reformas sectoriais para aumentar a qualidade e equidade dos gastos, principalmente no que toca à melhoria da prestação de serviços e das infra-estruturas rurais, também são vitais para alcançar os objectivos de desenvolvimento nacional no âmbito de um contexto fiscal de austeridade.³²

O fortalecimento da gestão das receitas é cada vez mais urgente.

Embora sujeito aos constrangimentos de uma economia mais fraca, o esforço de receitas tem demonstrado um certo nível de robustez, ajudando a manter Moçambique entre os países com maior rácio de receitas/PIB na região. No entanto, ainda há espaço para melhorar e simplificar o regime de tributação, bem como para aumentar o esforço de receitas. Nomeadamente, a consolidação dos vários regimes para pequenos e médios contribuintes e a revisão do excessivamente generoso sistema de incentivos fiscais melhorariam a eficiência económica e técnica da administração tributária e ajudariam a escorar as perspectivas fiscais a médio prazo.³³ O Governo também poderá ter interesse em rever os seus acordos de dupla tributação, a fim de reduzir os impostos perdidos nos investimentos estrangeiros.³⁴ Numa fase posterior, quando a produção de gás no país estiver numa fase mais encaminhada, que terá início na próxima década, será necessário criar instituições para a gestão sustentável das receitas provenientes dos recursos naturais, através da introdução de regras fiscais e de um fundo soberano bem gerido, caso se pretenda que a disciplina fiscal seja uma âncora para garantir a boa gestão macroeconómica.

³⁰ Novas medidas foram introduzidas através do Diploma Ministerial n.º 2018/49 de 23/05/2018.

³¹ O valor refere-se à mediana de um grupo de 42 países em desenvolvimento com baixos níveis de rendimentos, tal como apresentado no FMI (2018).

³² Banco Mundial, (2016), "Moçambique - Análise da Despesa Pública: Educação" e Banco Mundial (2016), "Moçambique - Análise da Despesa Pública na Área da Saúde: 2009-2013".

³³ Banco Mundial, "Análise da Despesa Pública de Moçambique: Enfrentar os Desafios do Presente, Aproveitar as Oportunidades do Amanhã", 2014.

³⁴ As evidências provenientes de 41 países africanos para o período entre 1985 e 2015 sugerem que, em África, os tratados de dupla tributação resultaram na perda de receitas fiscais significativas para os países que tentaram atrair investimentos através desses acordos, além de não terem conduzido a fluxos de investimento adicional significativos. Em vez disso, com frequência, o investimento é simplesmente redireccionado (Beer e Loeprick, 2018, brevemente).

As perspectivas fiscais são desafiantes.

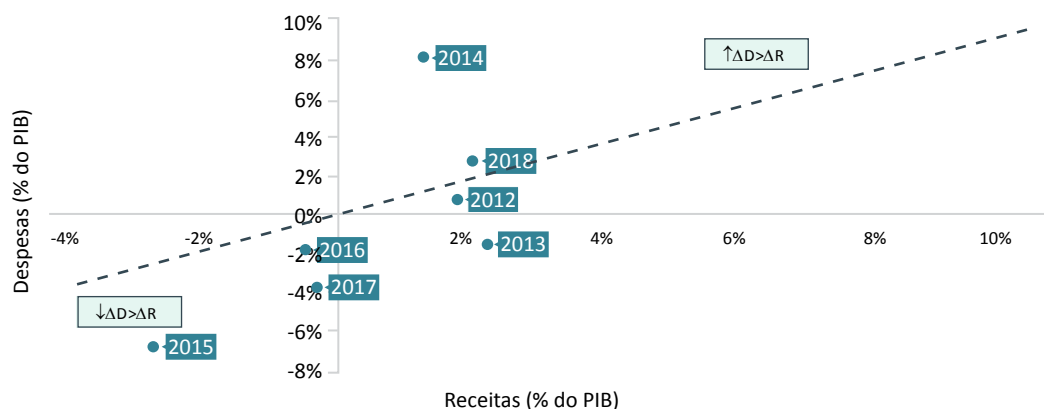
Eventualmente, as pressões orçamentais irão agravar-se no período de preparação para as eleições de 2019. Os custos adicionais relacionados com o arranque do ciclo eleitoral e com a implementação das reformas de descentralização poderão vir a pressionar ainda mais a despesa. Se considerarmos estes custos em conjunto com o custo elevado do serviço da dívida e com a persistência dos riscos fiscais das EPs, a fragilidade da perspectiva

fiscal é evidente. Isso implica um potencial aumento das necessidades de financiamento do governo e destaca a importância de se procurar aumentar a eficiência na cobrança de impostos, nomeadamente através de uma consolidação das despesas fiscais. As reformas para fortalecer o mercado da dívida interna também são críticas. De igual modo, uma resolução do estado de incumprimento da dívida de Moçambique permitiria ter uma perspectiva fiscal mais clara e promoveria o aumento da confiança dos investidores.



Figura 12: Em 2017, as despesas desceram mais depressa do que as receitas...

Mudanças nas receitas e despesas (excluindo os rendimentos provenientes de mais-valias), (% do PIB), 2012- 18)

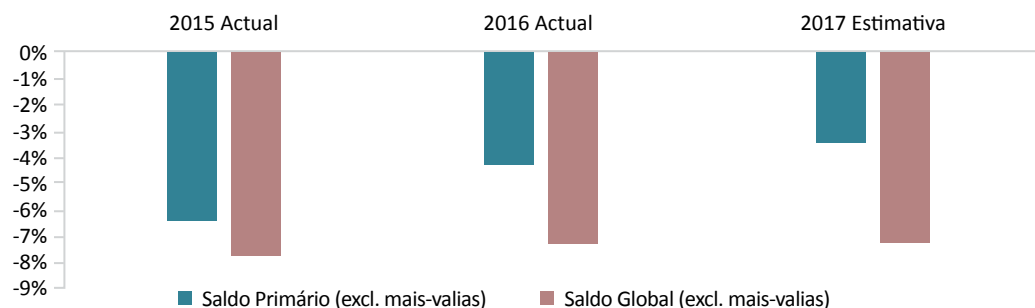


Fonte: MEF; estimativas da equipa do Banco Mundial.



Figura 13: ...permitindo a redução do saldo primário.

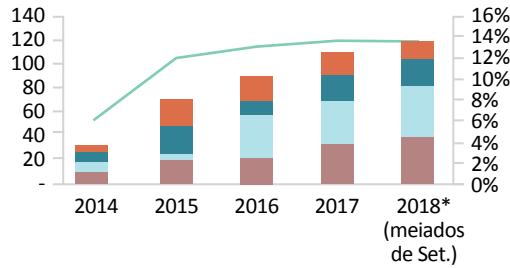
Saldo global e primário com base nos compromissos assumidos – excluindo o imposto sobre mais-valias, (% do PIB), 2015-17



Fonte: MEF; estimativas da equipa do Banco Mundial.

Figura 14: Os níveis da dívida interna continuam a subir...

Dívida pública interna (mil milhões de MZN), 2014-18

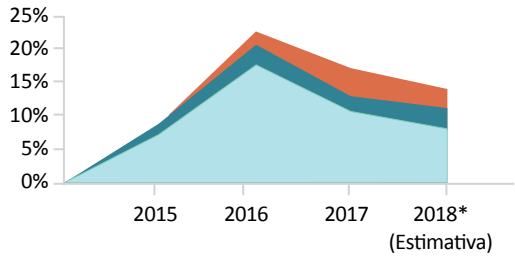


- Obrigações do Tesouro
- Bilhetes do Tesouro
- Outros
- Banco Central
- % do PIB (Dir)

Fonte: Estimativas da equipa do Banco Mundial baseadas nos dados do BdM, MEF e BVM.

Figura 15: ... agravando a carga do serviço de dívida.

Total do Serviço de Dívida (% do PIB), 2015-2018



- Doméstico (regime de caixa)
- Externo (regime de caixa)
- Atrasados

Fonte: Estimativas da equipa do Banco Mundial baseadas nos dados do BdM, MEF e BVM.

Tabela 4: Finanças Públicas (base de compromisso)

(Percentagem do PIB)	2015 Estimativa	2016 Estimativa	2017 Estimativa	2018 Orçamento (6)
Receita Total	25,0	24,1	26,5	25,4
Receitas Fiscais	21,0	20,8	21,9	21,7
<i>das quais: mais-valias</i>			2,6	
Receitas Não Fiscais (incl. receitas de capital)	4,0	3,3	4,6	3,7
Subvenções	3,0	2,2	2,1	2,0
Despesas Total	35,7	33,5	33,3	32,8
Despesas Correntes	21,6	21,0	20,0	22,0
<i>Das quais:</i>				
Remunerações dos funcionários	10,8	11,3	10,6	10,5
Juros sobre a dívida pública	1,3	2,9	3,7	4,8
... <i>dos quais, de mora (1)</i>		0,6	1,5	1,0
Despesas de Capital	12,9	8,8	6,8	9,3
Financiamento interno	7,2	3,4	2,9	3,8
Financiamento externo	5,7	5,3	3,9	5,4
Despesas não alocadas (2)	0,0	0,4	3,3	0,0
Atrasos de fornecedores (3)	0,5	1,3	--	0,0
Empréstimos Líquidos	0,7	2,0	3,2	1,5
Saldo Primário	-6,4	-4,3	-0,9	-0,6
Saldo Global	-7,7	-7,2	-4,6	-5,4
Saldo Primário (excluindo o imposto sobre mais-valias)	-6,4	-4,3	-3,4	-0,6
Saldo Global (excluindo o imposto sobre mais-valias)	-7,7	-7,2	-7,2	-5,4
Financiamento				
Financiamento Externo Líquido (4)	4,2	4,3	5,4	4,5
<i>do qual: financiamento excepcional</i> <i>(dívida em atraso)</i>	0,0	2,0	4,1	3,3
Financiamento Doméstico Líquido	3,0	1,6	-0,8	1,0
<i>do qual: financiamento excepcional</i> <i>(fornecedores e CGT)</i>	0,5	1,3	2,6	0,0
D. Total da Dívida (Pública e Garantida pelo Estado)	88	128	112	122
Externa	76	104	85	95
Interna	12	25	27	26
PIB (nominal, milhões de MZN) (5)	591 679	689 213	804 464	876 944

Fonte: MEF; Análise de Sustentabilidade da Dívida de Moçambique, estimativas da equipa do Banco Mundial

(1) e (3) Todos os pagamentos em atraso constituem estimativas.

(2) A rubrica de despesas não alocadas em 2017 corresponde ao valor residual entre as outras operações e as mais-valias de capitais, conforme apresentado na Conta Geral do Estado. Esse valor poderá vir a alterar-se, caso as autoridades reconciliem as contas fiscais no sentido de alocarem o montante em questão.

(4) Os valores referentes a compromissos incluem o serviço de dívida previsto para a Ematum, Proindicus, MAM e seis credores oficiais.

(5) O valor do PIB de 2018 baseia-se nas estimativas do Banco Mundial.

(6) Os valores referentes a 2018 baseiam-se na Lei do Orçamento, à excepção do serviço da dívida, que é apresentado com base nos compromissos assumidos.

Caixa 2: Impacto distributivo das recentes reformas sobre os subsídios do combustível e do pão.**Como é que o aumento dos preços do combustível e do pão desde 2017 afectou a população Moçambicana?**

Utilizando dados provenientes do Inquérito sobre o Orçamento Familiar (IOF), o mais recente estudo das despesas das famílias, uma análise feita recentemente pelo Banco Mundial considera que o impacto do aumento dos preços dos combustíveis para os agregados desfavorecidos tem sido modesto, principalmente devido aos padrões de consumo subjacentes. Estes agregados consomem menos gasolina e gásóleo do que os outros grupos e apesar de a utilização da parafina ser comum entre os grupos com rendimentos mais baixos, o nível geral do seu consumo é reduzido. Consequentemente, o aumento dos preços resultou numa pequena redução directa do consumo de combustíveis e o seu impacto sobre a pobreza e desigualdade foi mínimo. Além disso, a reforma dos combustíveis foi progressiva, uma vez que o impacto sobre o consumo aumenta com os níveis de riqueza. Os efeitos indirectos sobre os preços dos alimentos e do transporte também são modestos. De modo semelhante, as estimativas apontam para um impacto marginal das reformas do subsídio do pão sobre os níveis de pobreza dos agregados familiares, devido ao consumo limitado deste alimento entre as famílias mais pobres das zonas rurais (Figura 16).

O impacto das reformas sobre o bem-estar é ainda mais baixo num cenário de substituição, que pressupõe que as famílias vão ajustando os seus padrões de consumo à medida que os preços aumentam. Os resultados mostram que o impacto das reformas dos subsídios é reduzido levando em consideração os efeitos da substituição, já que as famílias implementam mecanismos para protegerem o seu poder de compra. Os efeitos da substituição tendem a ser limitados no caso do gásóleo e da gasolina, devido à falta de alternativas para estes produtos, e mais acentuados no que se

refere ao pão e à parafina, que podem ser substituídos por outros tipos de alimentos ou combustíveis de cozinha/iluminação.

Estes resultados destacam a natureza limitada do cabaz de consumo dos agregados mais desfavorecidos da população Moçambicana e sugerem que, entre estes, as famílias urbanas foram as mais afectadas pelo aumento dos preços dos transportes e do pão.

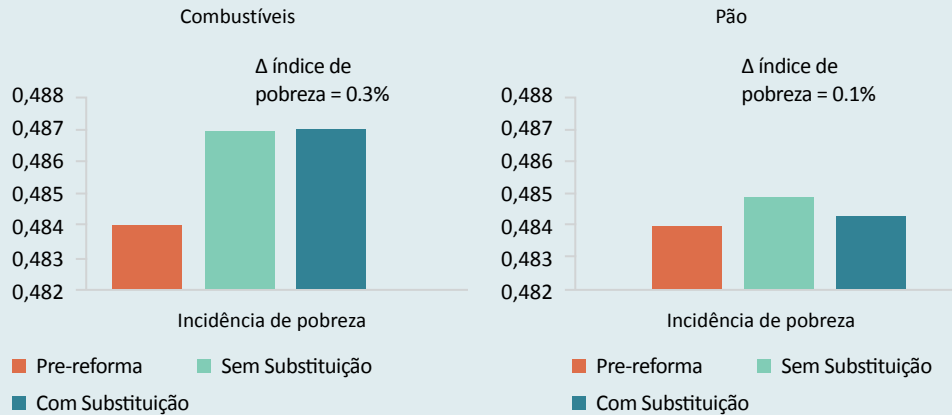
Embora as conclusões indiquem que o impacto negativo dos aumentos de preços dos combustíveis e do pão sobre os pobres foi limitado, o que constitui um resultado bem-vindo, o exercício também chama a atenção para a exiguidade da sua capacidade de consumo. O aumento dos preços também sugere que tais indivíduos apresentam menor probabilidade de virem a conseguir pagar esses produtos no futuro sem que haja um crescimento compensador nos seus níveis de rendimentos. Os resultados também sugerem que, entre as famílias carenciadas de Moçambique, o grupo mais profundamente afectado pelo aumento dos preços dos transportes e do pão é o dos que residem nas regiões urbanas, nomeadamente na região sul e na cidade de Maputo. Este grupo apresenta um nível relativamente elevado de dependência do pão para a sua dieta e dos transportes públicos para fins de mobilidade e acesso aos seus postos de trabalho.

Os programas de protecção social desempenham um papel importante no que se refere a mitigação do impacto destas reformas, principalmente sobre os pobres das zonas urbanas.

A estimativa de custos da alocação de transferências monetárias para mitigar o impacto sobre a população afectada pelas reformas dos subsídios e fazer a pobreza recuar para os níveis anteriores à reforma, aponta para um valor de 0,06% do PIB. Isso representaria um custo muito baixo para o orçamento, se comparado com a média anual de 0,6% do PIB que foi gasta em subsídios entre 2010 e 2016.

Figura 16: Os subsídios sobre o combustível e o pão tiveram um impacto modesto na pobreza per capita.

Efeito do aumento dos preços sobre a pobreza



Fonte: Banco Mundial, "Impacto Distributivo das Reformas dos Subsídios dos Combustíveis e do Pão", 2018.

Política Monetária

A atenuação da política monetária prossegue, mas com moderação, tendo em conta os riscos externos e fiscais.

A inflação mais baixa facilitou a continuação do ciclo de abrandamento na política monetária restritiva, mas os riscos macroeconómicos continuam a moderar o ritmo do ajustamento. Desde o início de 2018, à medida que as pressões inflacionistas foram abrandando, a taxa de referência para os empréstimos (FPC³⁵) desceu 250 pontos base (para 18%). De igual modo, este ano, a taxa de juro de política monetária (MIMO³⁶) caiu 450 pontos base, com um valor registado de 15% em finais de Agosto de 2018. Existe potencial para a continuação do ciclo de atenuação da política monetária restritiva, mas o ritmo vai depender da avaliação do Banco Central quanto aos riscos macroeconómicos, incluindo os relacionados com a sustentabilidade da situação externa e com a taxa de ajustamento fiscal.

As taxas da banca comercial estão a começar a reagir à queda das taxas de referência. Em média, desde o início de 2018, as taxas de crédito da banca comercial desceram (embora a um ritmo ligeiramente mais lento) 400 pontos base, posicionando a taxa média de retalho no valor de 23,8% em finais de Julho de 2018. As taxas da banca comercial tem tendência de ser "sticky downwards", o que significa que apresentam uma tendência de subida gradual, ao mesmo ritmo que as taxas da política monetária aumentam, mas apresentam uma maior morosidade na descida quando o ciclo se alterar para um clima de redução das taxas políticas. A Figura 18 mostra essa tendência: uma disparidade cada vez maior entre a FPC e a média de taxas da banca comercial (para empréstimos de 12 meses), à medida que a taxa de referência para os empréstimos começou a descer no ano passado. Esta tendência encontra-se vinculada à percepção do risco pelo sector bancário e tem contribuído para o declínio contínuo no volume de crédito concedido ao sector privado.³⁷

³⁵ Facilidade Permanente de Cedência.

³⁶ Taxa do Mercado Monetário Interbancário.

³⁷ Nos 12 meses anteriores a Julho de 2018, o volume de crédito concedido à economia apresentou uma descida de 9%.

As recentes reformas da política monetária também têm ajudado a aumentar a transparência das condições no mercado financeiro e a modernizar a gestão cambial. Como parte do pacote de reformas em curso, o Banco Central reforçou a elaboração de relatórios sobre os indicadores de risco financeiro. Desde Setembro de 2017, os relatórios de risco sistémico da banca comercial são publicados trimestralmente – permitindo maior transparência e melhor fiscalização do sector. Além disso, a reforma da lei cambial assinalou uma mudança importante no sentido de liberalizar as transacções de moeda estrangeira para as empresas comerciais, limitando, em simultâneo, os fluxos de moeda estrangeira não relacionados com o comércio. Estas reformas ajudarão a limitar a “dolarização” do crescimento da economia e a apoiar o crescimento do comércio e investimento externos, principalmente se forem complementadas por perspectivas macroeconómicas mais sustentáveis e reformas estruturais favoráveis ao crescimento do sector privado.

O sector financeiro continua a navegar num cenário de economia mais fraca.

As condições macroeconómicas têm constituído um desafio para o sistema bancário. A diminuição da confiança, os altos níveis de endividamento e o custo elevado do crédito reduziram a capacidade de muitos devedores para liquidar as suas dívidas, num cenário de redução significativa da disponibilidade de crédito. Nos últimos meses, o crédito interno continuou a contrair-se, embora a um ritmo mais lento (correspondendo a uma descida na ordem de quase 9% em termos nominais, nos doze meses que antecederam Julho de 2018, relativamente aos cerca de 14% apurado ao longo de 2017). Em 2017, o crédito concedido ao sector privado correspondia a cerca de 26% do PIB, comparativamente aos cerca de 35% que se verificou em 2015 e 2016. As dinâmicas mais recentes do crédito continuam a reflectir uma redução acentuada nos sectores do comércio, transportes, comunicações e indústria transformadora. Em vez disso, os bancos têm vindo a alocar mais activos à tesouraria e às reservas constituídas no Banco Central (11% do PIB em Abril de 2018, representando uma

subida relativamente aos 7% do PIB apurados em Dezembro de 2014).

Os bancos continuam a estar expostos a riscos de crédito. Apesar das melhorias nos rácios de solvabilidade agregados da banca, a rápida ascensão dos empréstimos em situação de crédito malparado (NPLs – “Non-Performing Loans”) e a exposição dos bancos a empresas públicas de baixo desempenho constituem as principais vulnerabilidades. Num cenário de taxas mais baixas e de rentabilidade mais reduzida, é possível que, a médio prazo, alguns bancos de menores dimensões possam vir a precisar de mais capitais. Nos 12 meses que antecederam Fevereiro de 2018, o nível de NPLs aumentou de 6% para 12,8% e assim se manteve (em Junho de 2018, os NPLs situavam-se em 12,6%). O desempenho do crédito continuou a ser fraco, com os indicadores prudenciais sobre os NPLs do segundo trimestre a variarem entre 3% e 19% para os bancos de maiores dimensões.³⁸ Neste contexto, a existência de redes de segurança financeira robustas, incluindo mecanismos de garantia dos depósitos e quadros de resolução, é essencial para aumentar a confiança no sistema, proteger os depositantes e promover a concorrência saudável.

Os lucros do sector não reflectiram a deterioração da qualidade dos activos. O retorno sobre os activos e capitais próprios em Junho de 2018, no valor de 3,3% e 33,7%, respectivamente, assinala uma tendência de crescimento. O aumento dos resultados da banca comercial foi suportado, principalmente, por taxas de juro elevadas, incluindo receitas provenientes de títulos de dívida pública, e pela continuidade de manutenção do nível de taxas e comissões cobradas pelas entidades bancárias. Em 2017, registou-se uma média de margem entre empréstimos e depósitos de 10,6% (representando uma subida relativamente à média de 6,2% apurada entre 2010 e 2015), superior às medianas regionais e do grupo de receitas. Esta subida reflecte o aumento dos riscos no ambiente macroeconómico actual, bem como questões estruturais, tais como as que se prendem com os elevados custos de exploração, falta de informações de crédito, disponibilidade limitada de garantias e concorrência limitada. Em Junho de 2018, a média do rácio de eficiência da banca era de 57,2%.

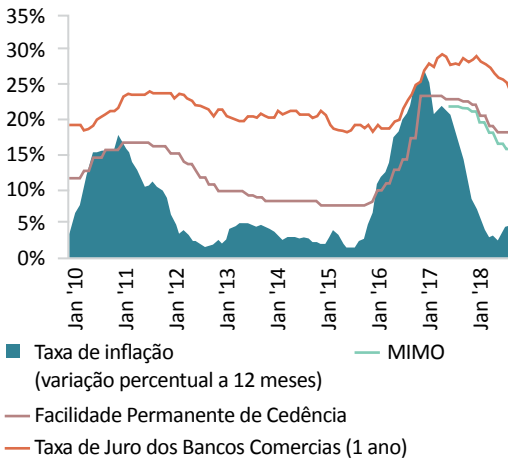
³⁸ Banco de Moçambique (2018) – Anexo à Circular n.º 2/EFI/2017

O acesso ao financiamento para as micro, pequenas e médias empresas (MPME) e produtores agrícolas continua a ser significativamente restrito. Apesar de os dados de 2015 mostrarem que as MPME contribuíram para 28% do PIB e 42% do emprego formal,³⁹ a maioria (75%) encontra-se excluída da possibilidade de financiamento. Os empréstimos ao sector agrícola são particularmente limitados.

Em 2017, apesar de a agricultura ter sido responsável por 21% do PIB, o crédito à agricultura representava apenas 4% dos empréstimos feitos à economia (percentagem inferior à média de 12% que se verificou no período entre 2000 e 2010). As políticas implementadas no sentido de inverter esta tendência serão fundamentais para contribuir para a diversificação da economia e para um crescimento mais alargado.

Figura 17: Desde o início de 2018, a descida da inflação criou espaço para se introduzirem taxas de referência de crédito mais baixas.

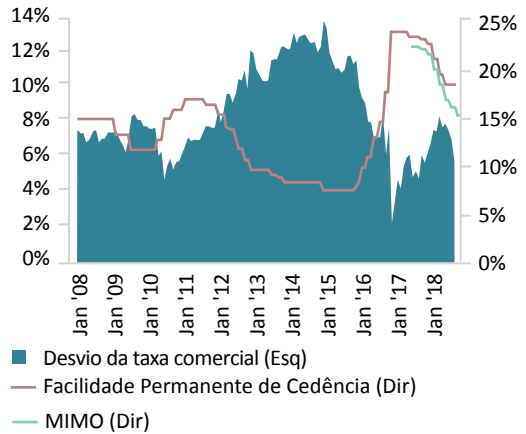
Taxas de juro do Banco Central e da Banca Comercial e IPC, 2010 - 18 (%)



Fonte: BdM; INE

Figura 18: As taxas da banca comercial também estão a descer, mas tendem a reagir mais lentamente durante os ciclos de flexibilização monetária.

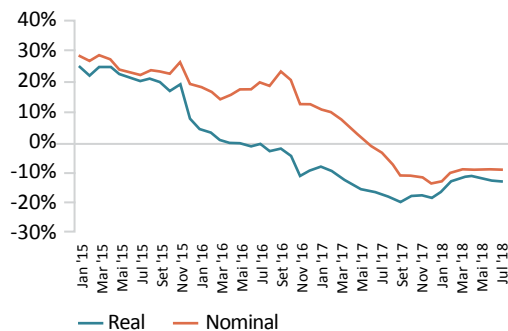
Desvio da Banca Comercial relativamente à taxa de referência do Banco Central; 2008 –18



Fonte: BdM; estimativas da equipa do Banco Mundial.

Figura 19: Apesar do alívio nas taxas, o crescimento do crédito continua a ser negativo.

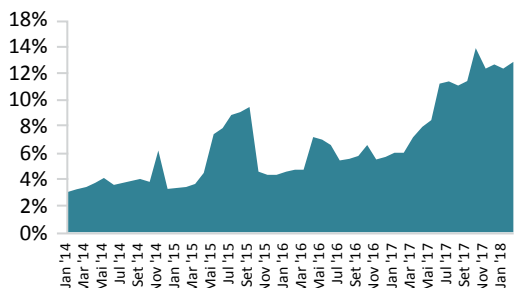
Crescimento do crédito (alteração % a 12 meses); 2015-18



Fonte: BdM; estimativas da equipa do Banco Mundial.

Figura 20: A qualidade dos activos da banca comercial agravou-se, com índices de NPL mais elevados.

Empréstimos em situação de crédito-vencido (% do total dos empréstimos); 2014-18



Fonte: BdM

³⁹ GIZ (2016): <https://www.giz.de/de/.../giz2016-pt-PME-in-mocambique-situacao-e-desafios.pdf>.

Segunda Parte: Transitando para um Crescimento Mais Inclusivo

Há poucas dúvidas quanto ao papel do crescimento económico abrangente na redução da pobreza e na distribuição da riqueza. Considerando a recente Avaliação da Pobreza do Banco Mundial e o Diagnóstico de Emprego para Moçambique, esta secção da Actualidade Económica de Moçambique analisa a estrutura e os factores de crescimento do país nas últimas duas décadas, e até que ponto os padrões de crescimento do passado ajudaram a moldar os resultados actuais no que se refere à pobreza e desigualdade. A análise mostra que o aumento da produtividade e a progressiva transição estrutural no mercado de trabalho, com a passagem da mão de obra da agricultura para os serviços, aumentaram a produtividade e aceleraram o ritmo da redução da pobreza nos últimos anos. No entanto, esses ganhos foram acompanhados pelo agravamento da disparidade entre os agregados que se encontram em melhor situação financeira e os mais desfavorecidos, uma vez que o crescimento se concentrou nas áreas urbanas e os avanços em termos de acesso a serviços e infra-estruturas incidiram também, maioritariamente, sobre as populações urbanas. Lidar com a pobreza e com o desafio do aumento da desigualdade, numa economia tão dependente de recursos como é a de Moçambique, implica uma redefinição dos

impulsionadores de crescimento inclusivo. O sector extractivo não será suficiente. É essencial focalizar os esforços nos objectivos ambiciosos de alcançar a diversificação, aumentar a produtividade rural e proporcionar mais igualdade de acesso aos serviços.

Mudança estrutural, Produtividade e Redução da Pobreza.

O crescimento da produtividade tem sido o principal motor do crescimento económico forte e sustentado de Moçambique nas últimas duas décadas. O crescimento do PIB de Moçambique acelerou substancialmente após o fim da guerra civil, em 1992,⁴⁰ o que conduziu ao aumento dos rendimentos e à melhoria da qualidade de vida, e tornou Moçambique num dos países de mais rápido crescimento da África Subsariana (Figura 21). Esse crescimento foi impulsionado, principalmente, pelo aumento da produtividade laboral (Figura 22).⁴¹ Em termos gerais, existem duas forças capazes de aumentar a produtividade laboral. Em primeiro lugar, os trabalhadores podem tornar-se mais produtivos se houver um aumento do *stock* de capitais, uma melhoria tecnológica ou algum tipo de conhecimento

⁴⁰ Entre 2000 e 2016, o PIB cresceu a uma taxa média anual de 7,2%.

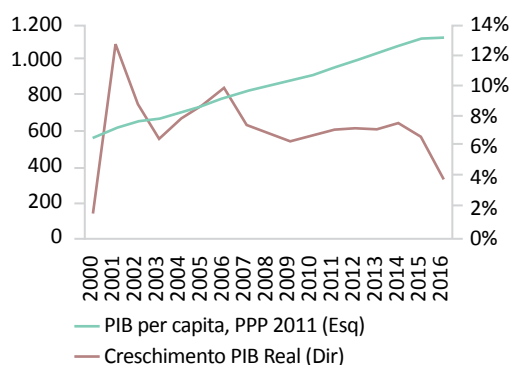
⁴¹ A tabela 5 mostra os resultados de um "exercício contabilístico de crescimento" utilizado para decompor o PIB per capita do crescimento em quatro componentes: produtividade, taxa de emprego, taxa de participação da mão de obra e proporção da população activa relativamente à população total.

que permita aumentar a produção por trabalhador no sector em que trabalham (crescimento da produtividade *dentro do sector*). Em segundo lugar, a produtividade pode aumentar com a realocação de trabalhadores provenientes de sectores de baixa produtividade, transferindo-os para sectores de produtividade mais elevada (crescimento da produtividade *entre sectores*). Conforme se mostra na Tabela 5, abaixo, no

período entre 1996 e 2014, o contributo para o crescimento da produtividade do trabalho de ambas as fontes foi praticamente igual, em termos gerais. Contudo, após 2008, é a realocação do trabalho em todos os sectores que explica a maior parte do crescimento da produtividade do trabalho. Em contraste, as alterações nos níveis de emprego e de participação da mão de obra tiveram um contributo negligenciável.

Figura 21: Moçambique tem desfrutado de um crescimento robusto, que conduziu a um aumento sustentado do GDP per capita.

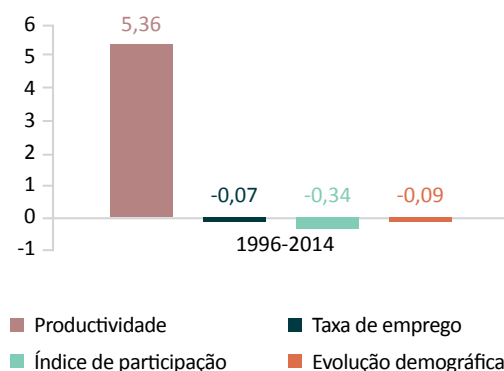
PIB real (variação percentual); PIB per capita (USD), 2000-16



Fonte: INE; Banco Mundial, utilizando os WDI.

Figura 22: Os ganhos de produtividade têm sido os principais factores de impulso do crescimento.

Contribuição Anual para o Crescimento (%), 1996-2014



Fonte: Banco Mundial – Diagnóstico de Empregos para Moçambique (2018)

Uma transição gradual dos postos de trabalho do sector agrícola para um sector de serviços mais produtivo tem sido fundamental para o crescimento da produtividade de Moçambique.

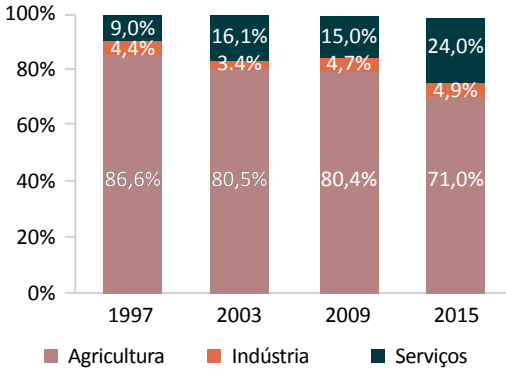
Nos últimos anos, os factores de crescimento afastaram-se gradualmente da agricultura, o sector com os níveis mais baixos de produtividade, e deslocaram-se para os sectores mais produtivos da indústria⁴² e dos serviços (Figura 23 e Figura 24). Em 1996, imediatamente após o fim da guerra, 87% dos trabalhadores encontravam-se envolvidos, principalmente, na área da agricultura. Até 2014, essa percentagem

caiu para 71% e a maior parte da mudança foi absorvida pelo sector dos serviços, uma área da economia onde a produtividade é seis vezes superior à da agricultura, apesar dos elevados níveis de informalidade. Até 2014, a quota de postos de trabalho na área dos serviços aumentou para 24%, comparativamente ao valor de 9% apurado em 1996. Em contraste, o contributo do sector industrial para o emprego nas duas últimas décadas foi bastante limitado, principalmente devido a uma concentração dos investimentos em projectos de grande escala e de capital intensivo.

⁴² Nesta secção do relatório, o sector industrial inclui as indústrias extractivas.

Figura 23: O emprego tem vindo a passar gradualmente da agricultura para os serviços...

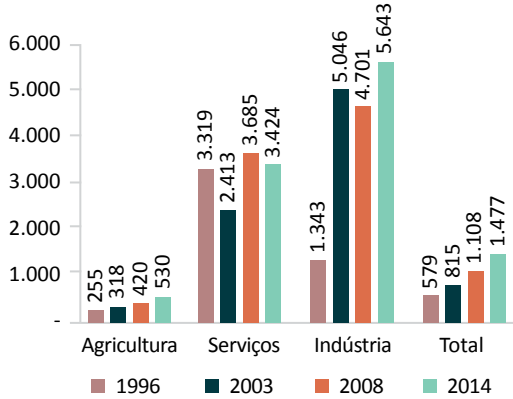
Emprego por sectores de actividade, 1997-2015



Fonte: Banco Mundial – Diagnóstico de Empregos para Moçambique (2018)

Figura 24: ... onde a produtividade é mais de seis vezes superior à que se verifica na agricultura

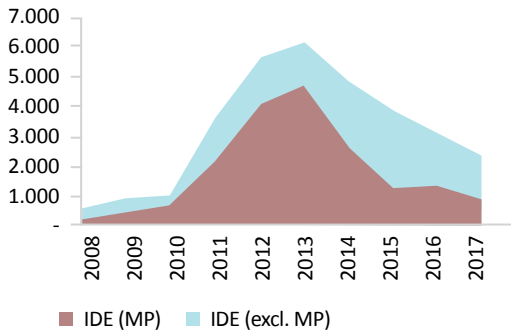
Produtividade média do trabalho (constante de 2010 USD), 1996-2014



Fonte: Banco Mundial – Diagnóstico de Empregos para Moçambique (2018)

Figura 25: Um "boom" de IDE suportou o crescimento e a procura, incluindo no que se refere aos serviços

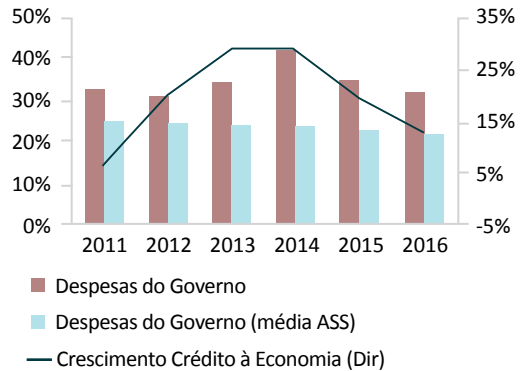
IDE líquido (milhões de USD), 2008-16



Fonte: BdM

Figura 26: A expansão fiscal e monetária também promoveu a rapidez de crescimento do consumo privado

Despesas públicas (% do PIB) e crédito concedido ao sector privado (variação percentual), 2011-16



Fonte: MEF; WEO

O "boom" de investimento no sector extractivo, e as políticas macroeconómicas expansionistas, prepararam o cenário para o crescimento do sector dos serviços. Entre finais da década de 1990 e meados da década de 2000, o crescimento da economia foi promovido por investimentos em actividades industriais que são intensivos

em capital (ou "megaprojectos", nas indústrias extractivas orientadas para a exportação).⁴³ Os investimentos neste sector ajudaram a impulsionar a procura interna e a estimular outra actividade económica emergente: o sector dos serviços. O contexto macroeconómico expansionista em Moçambique também promoveu a criação de condições para um

⁴³ Banco Mundial, Moçambique - Diagnóstico Sistemático do País, 2016.

crescimento mais rápido do consumo e para o aumento da procura de serviços. A despesa pública, medida como proporção do PIB, aumentou de forma constante entre 2008 e 2014, passando de 24% para 39%. Além da política fiscal expansionista, Moçambique

passou por vários anos de política monetária expansionista durante a última década, o que conduziu a taxas substanciais de crescimento do crédito. Entre 2009 e 2015, o crescimento anual do crédito concedido ao sector privado alcançou uma taxa média de 23%.

Tabela 5: Decomposição da Variação da Produtividade Laboral Total, 1996-2014

	1996-2014		1996-2003		2003-2008		2008-2014	
Crescimento do PIB anual <i>per capita</i>	4,85		5,41		5,30		3,83	
Crescimento Produtividade Laboral Total	%	quota	%	quota	%	quota	%	quota
	5,36	100%	5,01	100%	6,30	100%	4,89	100%
Contribuição dentro de sectores	2,60	49%	1,76	35%	5,73	91%	1,03	21%
Agricultura	1,30	24%	1,12	22%	1,77	28%	1,1	22%
Indústria	1,20	22%	3,07	61%	-0,3	-5%	0,6	12%
Serviços	0,10	2%	-2,42	-48%	4,26	68%	-0,68	-14%
Contributo entre sectores	2,76	51%	3,24	65%	0,57	9%	3,86	79%
Agricultura	0,59	11%	0,53	11%	0,02	0%	1,01	21%
Indústria	0,08	1%	-0,53	-11%	1,05	17%	0,14	3%
Serviços	2,10	39%	3,25	65%	-0,5	-8%	2,71	55%

Fonte: Banco Mundial – Diagnóstico de Empregos para Moçambique (2018)

O crescimento elevado e estável permitiu à redução da pobreza, principalmente após finais da década de 2000.

A economia em crescimento e a mudança estrutural impulsionaram os rendimentos e a qualidade de vida e posicionaram a pobreza numa trajectória de tendência descendente.⁴⁴

O crescimento acelerado do sector dos serviços, desde 2008, proporcionou uma via mais alargada para a obtenção de empregos fora da agricultura e ajudou a acelerar o ritmo da redução da pobreza nos últimos anos. A parte do PIB associada aos serviços aumentou consideravelmente ao longo desse período, em quase 6 pontos percentuais, permitindo um aumento célere da participação da mão de obra nesse sector e contabilizando a quota de cerca de um em cada quatro postos de trabalho disponíveis na economia. Além disso, o facto de

existirem cada vez mais pessoas com trabalhos não agrícolas por conta própria, mesmo nas áreas rurais, sugere que as famílias dessas zonas também beneficiaram do crescimento dos serviços. Por conseguinte, os níveis de pobreza apresentaram uma descida significativamente mais célere entre 2008 e 2014. Entre 2003 e 2008, a taxa de pobreza⁴⁵ manteve-se praticamente inalterada, tendo descido de 60% para 59% da população. Em 2014, a taxa de pobreza já tinha caído para 48%, o que representa um ritmo consideravelmente mais elevado de redução da pobreza (Figura 27).⁴⁶ Por outras palavras, a elasticidade de redução da pobreza, que mede a alteração percentual dos níveis de pobreza relativamente à alteração em um ponto percentual no crescimento do PIB, aumentou. Entre 2008 e 2014, cada ponto percentual de alteração no crescimento resultou numa redução de 0,68% na pobreza,

⁴⁴ As estimativas de pobreza e desigualdade apresentadas na secção baseiam-se nos resultados da avaliação do Banco Mundial.

⁴⁵ Com base num limite de pobreza com uma paridade do poder de compra de 1,9 USD por dia.

⁴⁶ Apesar disso, o rápido crescimento da população durante o mesmo período resultou, em termos absolutos, num maior número de pessoas pobres, que passaram dos 11 milhões apurados em 2002/03 para 12,3 milhões contabilizados em 2014/15.

o que constitui um aumento significativo comparativamente à elasticidade de 0,08 do crescimento relativamente à pobreza que se verificou entre 2002 e 2008 (Figura 28).

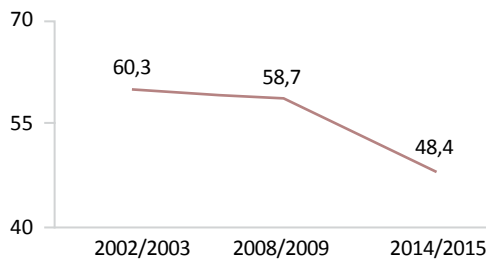
O progresso económico também melhorou as dimensões não monetárias do bem-estar. O agregado familiar médio em Moçambique tem melhores padrões de vida actualmente do que no virar do século. As matrículas e os níveis de frequência do sistema de ensino têm vindo a apresentar melhorias desde o início da década de 2000. Neste momento, os indivíduos com idades entre os 20 e os 65 anos têm, em média,

5,1 anos de escolaridade, comparativamente aos 2,4 anos que se verificavam em 2002/03. A longevidade dos moçambicanos também está a aumentar. Desde 2001, a esperança de vida aumentou quase 9 anos, de 49 para 57 anos de idade. Outros indicadores-chave relativos à saúde, tais como o da mortalidade e morbidade infantil e materna, também estão a caminhar na direcção certa. Estas mudanças conjugaram-se com melhorias na qualidade da habitação e com o aumento da capacidade de posse de bens tradicionais e modernos, entre outros indicadores de bem-estar dos agregados familiares.



Figura 27: A pobreza tem vindo a diminuir, desde o início da década de 2000...

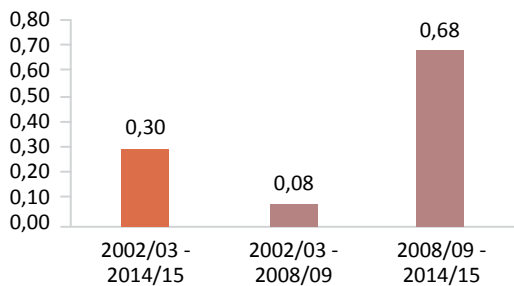
Taxa de pobreza (%); 2002/03, 2008/09, 2014/15



Fonte: Banco Mundial, utilizando os dados do IOF-2002/03, IOF-2008/09 e IOF-2014/15.

Figura 28: ... e o ritmo acelerou após 2008.

Elasticidade da pobreza relativamente ao crescimento do PIB per capita, Moçambique; 2002/03, 2008/09, 2014/15



Fonte: Banco Mundial, utilizando os dados do IOF-2002/03, IOF-2008/09 e IOF-2014/15.

Menos Pobreza, mas Mais Desigualdade.

O progresso económico está a tornar-se menos inclusivo, uma vez que os ganhos obtidos com o crescimento do consumo têm vindo a concentrar-se cada vez mais nas áreas urbanas, entre os indivíduos que se encontram em melhor situação financeira.

O crescimento mais forte resultou na maior celeridade da redução da pobreza, mas beneficiou desproporcionalmente as camadas superiores da distribuição de rendimentos das áreas urbanas. As Curvas de Incidência do Crescimento (GIC – “Growth Incidence Curves”) apresentadas na Figura 29 mostram-nos até que ponto os diversos segmentos da sociedade, desde os mais pobres aos mais abastados, beneficiaram

do crescimento. Embora os pobres tenham sido beneficiados com o crescimento, o ritmo de ganhos dos segmentos mais abastados da sociedade foi mais elevado, principalmente nas áreas urbanas. A taxa de crescimento anual do consumo para o quintil superior de riqueza foi três vezes mais célere do que a taxa apresentada pelos 40% da parte inferior, sendo nas áreas urbanas que se verifica a diferença mais expressiva entre ricos e pobres. Isso reflecte a medida em que a aceleração do crescimento de Moçambique tem vindo a concentrar-se nos centros urbanos, fazendo convergir a actividade económica e a criação de emprego nessas áreas, incluindo os trabalhos com maior nível de exigência em termos de competências no sector dos serviços.

Moçambique encontra-se agora entre os países com níveis de desigualdade mais elevados na África Subsariana. Este padrão recente de "pró-riqueza" no crescimento dificultou o progresso de Moçambique no sentido de alcançar as metas de prosperidade partilhada e redução da desigualdade. Entre 2008 e 2014, o coeficiente de Gini, que mede a desigualdade, aumentou de 0,47 para 0,56. O coeficiente de Gini referente a Moçambique tem-se mantido consistentemente acima de 0,4, mesmo nas zonas rurais, o que se traduz a um elevado nível de desigualdade para o padrão regional (Figura 30).

A maior rapidez na redução da pobreza em certas áreas do país onde os níveis de pobreza já eram os mais baixos há década e meia atrás, limitou a convergência entre os níveis de bem-estar das regiões. A evolução da pobreza apresenta diferenças regionais consideráveis. Apesar do declínio generalizado na pobreza, os níveis de bem-estar continuam a ser baixos nas regiões norte e centro do país, comparativamente ao sul. A pobreza continua a ser elevada na Zambézia, Nampula e Niassa, províncias que, historicamente, sempre apresentaram as maiores taxas de pobreza. Em contraste, a província e cidade de Maputo registaram a maior queda, apesar de já terem os níveis mais baixos de pobreza em 2002/03 (Figura 31).

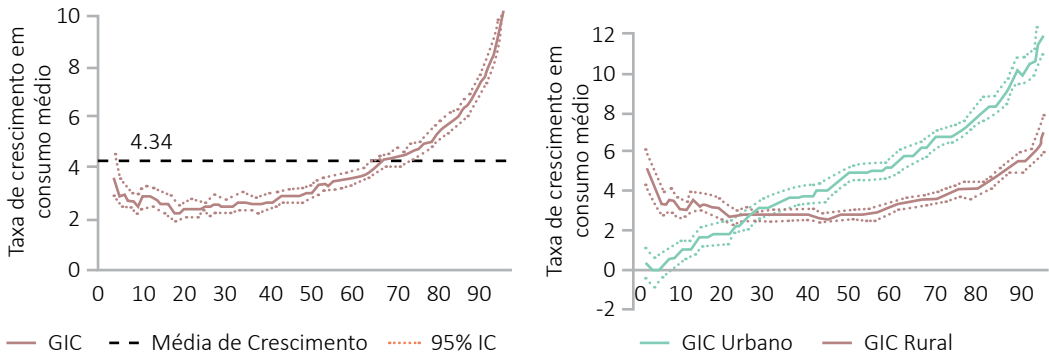
Moçambique poderia ter alcançado o dobro da redução da pobreza após o ano 2000, se o crescimento tivesse sido partilhado de forma mais equitativa. A distribuição desigual do crescimento significa que muitos moçambicanos com baixos rendimentos não estão a usufruir dos benefícios do progresso. O crescimento do consumo das famílias constituiu a principal força por detrás da queda da pobreza. Se o crescimento entre 2008 e 2014

tivesse sido mais inclusivo, a pobreza poderia diminuído para 37,2%, em vez dos actuais 48,4%. Em vez disso, o aumento da desigualdade na distribuição do consumo anulou parte destes ganhos potenciais, aumentando a pobreza em 11,2 pontos percentuais.

Além disso, as repercussões da crise económica que vigora desde 2016 sugerem que alguns dos ganhos recentes foram invertidos. Mesmo com o progresso na redução da pobreza, uma parte significativa da população que vive acima do limiar de pobreza enfrenta situações de insegurança económica, sendo, portanto, vulnerável à possibilidade de voltar a deslizar para a pobreza se for exposta a choques e não puder contar com um crescimento de alta qualidade, mecanismos robustos de protecção social e redes de segurança social. Um choque desse género já ocorreu no período entre 2015 e 2016: primeiro, com uma queda nos preços das *commodities* e uma temporada de *el Niño*; depois, com a crise das dívidas ocultas e com os desastres climáticos. O abrandamento económico significativo que se seguiu resultou numa desaceleração acentuada no sector dos serviços, que tinha gerado muitos postos de trabalho para os pobres. Em 2017, o contributo dos serviços para o crescimento tinha caído para 1%, abaixo da média de cerca de 4% aferida entre 2010 e 2015, estreitando uma importante via de saída da pobreza. Além disso, o coincidente aumento dos níveis dos preços reduziu o poder de compra de grande parte da população. Segundo as estimativas, o pico de preços dos alimentos verificado em 2016/17, especificamente, aumentou a pobreza em todas as províncias de Moçambique (consultar a Caixa 1). Assim sendo, é provável que alguns dos ganhos conseguidos na redução da pobreza e partilha da prosperidade se tenham invertidos.

Figura 29: O padrão de crescimento no período 2008/09-2014/15 beneficiou, principalmente, os não pobres, mais especificamente, os das áreas urbanas.

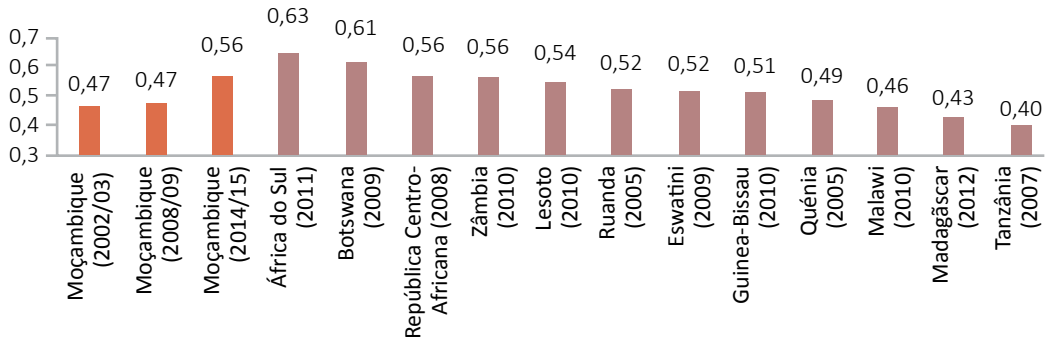
Curvas de Incidência do Crescimento do Consumo, com intervalos de confiança de 95%, a nível nacional, urbano e rural; 2002/03-2008/09



Fonte: Banco Mundial, utilizando os dados do IOF-2002/03, IOF-2008/09 e IOF-2014/15.
Nota: as linhas pontilhadas em cada gráfico mostram intervalos de confiança de 95%.

Figura 30: Em Moçambique, a distribuição do consumo das famílias é altamente desigual, comparativamente à de outros países da região.

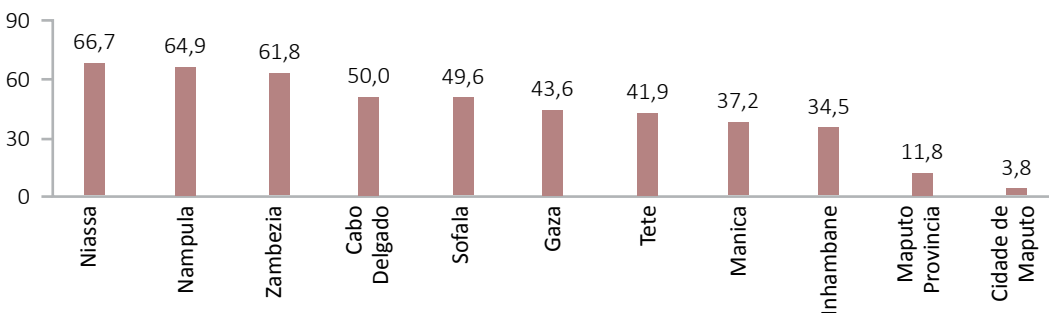
Coefficiente de Gini para os países e anos seleccionados



Fonte: Banco Mundial, utilizando os WDI.

Figura 31: Existem grandes diferenças na prevalência da pobreza entre as províncias.

Taxas de pobreza nas províncias; 2014/15



Fonte: Banco Mundial, utilizando os dados do IOF-2014/15.

Lidar com o Desafio da Queda na Produtividade e Aumento da Desigualdade Através de um Crescimento Alargado.

Será que o modelo mais recente do crescimento em Moçambique é adequado para se conseguir um crescimento sustentável e inclusivo no futuro? O modelo de crescimento de Moçambique, principalmente a partir de 2008, passou a depender cada vez mais dos influxos de investimentos associados ao sector extractivo. A expansão dos investimentos neste sector, conjugada com um ciclo de políticas macroeconómicas expansionistas, aumentou o crescimento e impulsionou a procura interna de bens e serviços. O modelo contribuiu para que se verificassem importantes avanços na redução da pobreza, uma vez que o volume de empregos no sector dos serviços aumentou, de forma a suprir as necessidades de consumo da economia, e que este sector foi buscar mão de obra ao sector da agricultura com baixa produtividade. Não obstante, essa mudança foi acompanhada por uma redução no crescimento da produtividade, desde 2008, e pelo aumento da desigualdade.

O sector dos serviços foi fundamental para impulsionar o crescimento e a redução da pobreza, mas a tendência decrescente dos níveis de produtividade poderá limitar o contributo futuro deste sector para o crescimento. Entre 2008 e 2014, verificou-se uma diminuição no crescimento da produtividade dos serviços, uma vez que, ao longo desse período, o sector começou a absorver mais mão de obra, fazendo descer a taxa de produtividade global da economia, o que sugere que as competências e a produtividade marginal dos novos trabalhadores que entram no sector dos serviços se encontram abaixo do nível médio da produtividade do sector. Na ausência de um aumento significativo da utilização de tecnologias e do desenvolvimento de competências, a contínua passagem

da mão de obra do sector da agricultura para o dos serviços vai reduzir ainda mais o crescimento da produtividade no sector dos serviços, transformando-o num peso morto para a taxa de crescimento da produtividade da economia em geral.⁴⁷ Além disso, apesar de uma configuração expansionista da política macroeconómica poder vir a ajudar a promover a procura, tais políticas poderão vir a revelar-se contraproducentes para um crescimento sustentado a longo prazo, principalmente se conduzirem a um aumento insustentável dos níveis da dívida pública e privada.

De igual modo, a limitada criação de emprego e o crescimento vagaroso da produtividade na indústria poderão limitar o papel deste sector, se não houver um aumento da capacidade das PME no sentido de acrescentarem valor e realizarem exportações. Este sector, que inclui a maioria dos megaprojectos de Moçambique, tem desempenhado um papel importante como factor de promoção do investimento e crescimento ao longo dos últimos 20 anos. Entre 1996 e 2014, duplicou praticamente a sua participação no PIB, passando de 10% para 19%, e manteve o mais elevado nível de produção por trabalhador. Grande parte deste crescimento acompanhou o aparecimento de megaprojectos com elevado consumo de capital, numa época em que a base de produção era pequena, o que afunilou o sector em direcção a essas grandes indústrias, enquanto as pequenas e médias empresas desempenharam um papel menos expressivo.⁴⁸ Esta estrutura do sector contribuiu para a baixa proporção de empregos na indústria, que se manteve estagnado, desde 1996, no valor de 4-5% do total do emprego. Além do seu reduzido contributo para o emprego, destacam-se mais dois factores que suscitam preocupações no

⁴⁷ Banco Mundial, Diagnóstico de Empregos para Moçambique, 2017.

⁴⁸ Banco Mundial, Moçambique - Diagnóstico Sistemático do País, 2016.

que se refere à evolução do sector industrial de Moçambique: em primeiro lugar, entre 1996 e 2014, o contributo da indústria para o crescimento da produtividade foi inferior aos contributos tanto da agricultura como dos serviços, o que, considerando a estabilidade da sua quota de emprego, constitui um indicador de progressos limitados no aumento da inovação e do valor acrescentado dentro do sector; em segundo lugar, só uma pequena fracção das pequenas e médias empresas é que vende para mercados de exportação (apenas 4% das MPME⁴⁹), o que limita o contributo do sector para a diversificação das exportações, limitando também o aumento do valor acrescentado através das transferências de conhecimentos que acompanham o crescimento nos sectores de exportação.

A mudança do modelo de crescimento no sentido de alargar os respectivos factores e aumentar a produtividade das áreas com maior potencial a nível de emprego, constitui um dos principais desafios para os decisores políticos de Moçambique.

Os episódios de rápido crescimento, como aqueles que foram vividos por Moçambique em grande parte da década de 2000, constituem uma ocorrência desejável. Contudo, o que determina a qualidade desse crescimento é a extensão da sua ocorrência de forma transversal aos diversos sectores, da sua diversidade e da sua contribuição para um aumento duradouro da capacidade produtiva, mantendo, em simultâneo, um cenário macroeconómico sustentável. Na ausência de reformas estruturais eficazes, Moçambique correria o risco de desenvolver uma economia pouco diversificada e uma sociedade com uma disparidade cada vez maior entre os ricos e os pobres. Para concluir esta secção do relatório, discorreremos sobre três áreas de grande importância para esta agenda no contexto moçambicano: reduzir a concentração nas exportações primárias, aumentar a produtividade na agricultura e garantir resultados melhores e mais equitativos no que se refere à entrega de serviços e ao desenvolvimento de competências.

Reduzir a concentração nas exportações primárias

Reduzir a concentração nas exportações primárias, através da diversificação da economia para actividades mais produtivas em todos os sectores, é bom, não só para o crescimento económico, mas também para a distribuição de rendimentos.

A relação positiva entre a diversificação da economia e o crescimento é bastante discutida na literatura económica. A diversificação ajuda a reduzir a concentração da economia num conjunto restrito de produtos e mercados, pelo que também ajuda a gerir a volatilidade, proporcionando uma via mais estável para o crescimento a longo prazo. A diversificação também conduz ao aumento da produtividade, quando assume a forma de uma transição dos produtos primários para o desenvolvimento de uma gama crescente de produtos processados ou de valor acrescentado (ou seja, mais complexos), com um número cada vez maior de ligações a cadeias de valor global através do comércio. A literatura económica recente também destaca o vínculo entre a baixa complexidade dos produtos e a desigualdade, principalmente nos países com menos rendimentos. As economias que se especializam maioritariamente num número reduzido de *commodities*, tais como o ouro, carvão ou petróleo, tendem a apresentar rendimentos mais baixos, e também já deram mostras de padecerem de uma distribuição mais desigual da riqueza. Essas economias têm menos potencial de expansão para produtos mais diversificados e sofisticados. Isso acontece porque os produtos produzidos em determinado país influenciam o volume e tipo de empregos disponíveis, a combinação de competências existentes na economia e as oportunidades de actualização tecnológica, o que faz com que influenciem também o potencial de diversificação para produtos com maior valor acrescentado. Consequentemente, a economia mantém-se concentrada em indústrias que, apesar de gerarem fluxos de recursos significativos, oferecem poucos postos de trabalho, o que contribui para a desigualdade.⁵⁰ Uma tendência relevante no contexto de Moçambique.

⁴⁹ Um estudo sobre as micro, pequenas e médias empresas, realizado em 2017 pela Universidade de Copenhaga em colaboração com outras entidades, concluiu que apenas 19 das 520 micro, pequenas e médias empresas moçambicanas (3,7%) vendem para mercados de exportação.

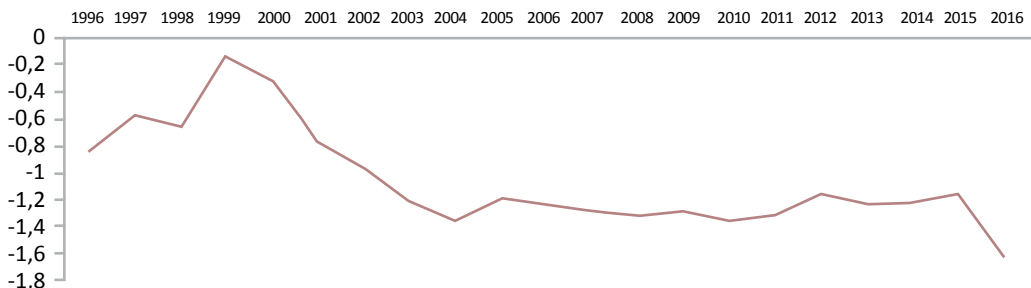
⁵⁰ Hidalgo et al., 2007; Hidalgo e Hausmann, 2009; Hausmann et al., 2014; Hartmann et al., 2017.

O potencial de determinado país em termos de diversificação económica pode ser ilustrado pelo grau de desenvolvimento do seu cabaz de exportação rumo a exportações de maior valor acrescentado. Moçambique constitui um caso interessante de aumento dos volumes das exportações na presença de uma diminuição da complexidade dos produtos exportados. Apesar de o volume das exportações de Moçambique ter duplicado durante os últimos dez anos (de 2,4 mil milhões de USD em 2007 para 4,7 mil milhões de USD em 2017), o seu cabaz de exportações manteve-se concentrado em produtos primários. Em 1996, o cabaz de exportações de Moçambique era dominado pelas exportações de produtos primários provenientes da pesca e da agricultura. Em 2016, o carvão, o gás e os minerais emergiram como principais produtos adicionais. A composição do cabaz de exportações alterou-se, mas todas as principais exportações, novas e antigas, partilharam a característica de se referirem

a produtos primários (Figura 33 e Figura 34). Em resultado, a posição de Moçambique no Índice de Complexidade Económica do MIT desceu (Figura 32). O desempenho de Moçambique, conforme medido por este índice, que estima a sofisticação do cabaz de exportações de determinada economia, tem vindo a descer, desde a década de 1990, posicionando o nível de complexidade económica de Moçambique num patamar inferior ao de vários dos seus pares da mesma região de África (Figura 35). Adicionalmente, o número de produtos exportados por Moçambique diminuiu, entre 2003 e 2012, antes de voltar a subir ligeiramente, apresentando uma tendência que contrasta com a da maioria das economias africanas com melhor desempenho ao longo desse período, o que sugere um contexto menos competitivo para os exportadores moçambicanos que não se especializam nos principais produtos primários (Figura 36).

Figura 32: Uma redução do nível de complexidade económica acompanhou o aumento das exportações

Índice de Complexidade Económica de Moçambique, 1996 - 2016⁵¹



Fonte: Observatório de Complexidade Económica, MIT.

Como é que Moçambique pode alargar a sua economia através da diversificação e do melhoramento progressivo da sofisticação da sua base produtiva? Não existe uma resposta ou abordagem simples a esta importante questão. Para que se dêem avanços em direcção a esse objectivo, será necessário desenvolver um pacote de políticas multifacetadas de longo

prazo que promova a competitividade das empresas moçambicanas, aumente a capacidade de exportação dessas empresas e invista no desenvolvimento de competências num contexto de enquadramento macroeconómico adequado. O enfoque na criação de uma base mais alargada de empresas, emprego e capacidades institucionais, também ajudará a colocar Moçambique numa

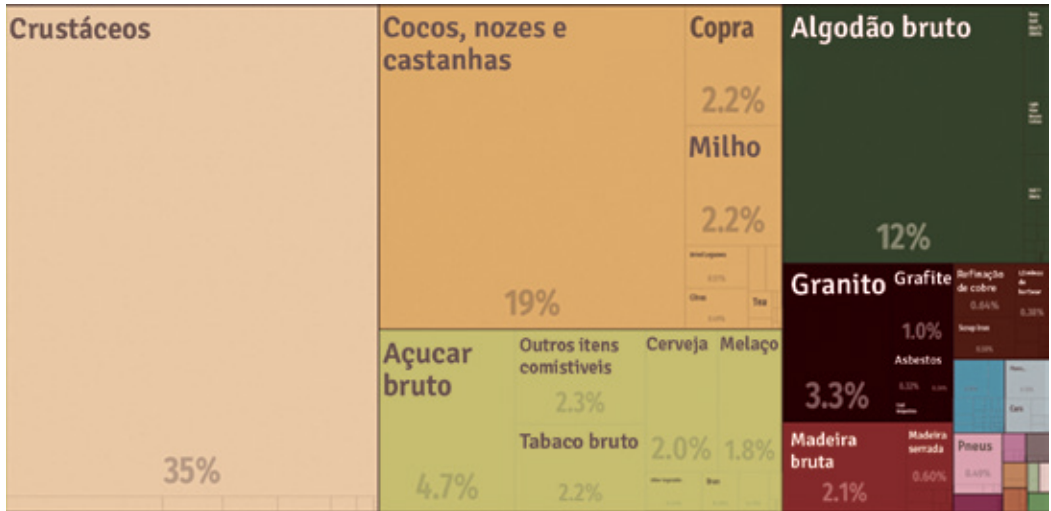
⁵¹ O Índice de Complexidade Económica mede o grau de sofisticação do cabaz de exportações de determinada economia, tendo em conta a diversidade e o grau de especialização das exportações. Os países com uma gama de produtos de exportação mais diversificada e maior concentração em produtos mais sofisticados apresentam um índice de complexidade superior. O Índice de Complexidade Económica foi desenvolvido por Cesar Hidalgo e Ricardo Hausmann. Os dados encontram-se disponíveis no site do Observatório de Complexidade Económica: <https://atlas.media.mit.edu/en/>.

posição que lhe permitirá criar oportunidades e aumentar a produtividade e sofisticação de forma transversal a uma vasta gama de sectores. Isso inclui a industria transformadora, que foi determinante para o desenvolvimento para os

países da Ásia e da América Latina no século XX, mas também a da agricultura e a dos serviços, que detêm potencial para se tornarem mais produtivas e criarem caminhos que permitam oferecer emprego a muitos moçambicanos.



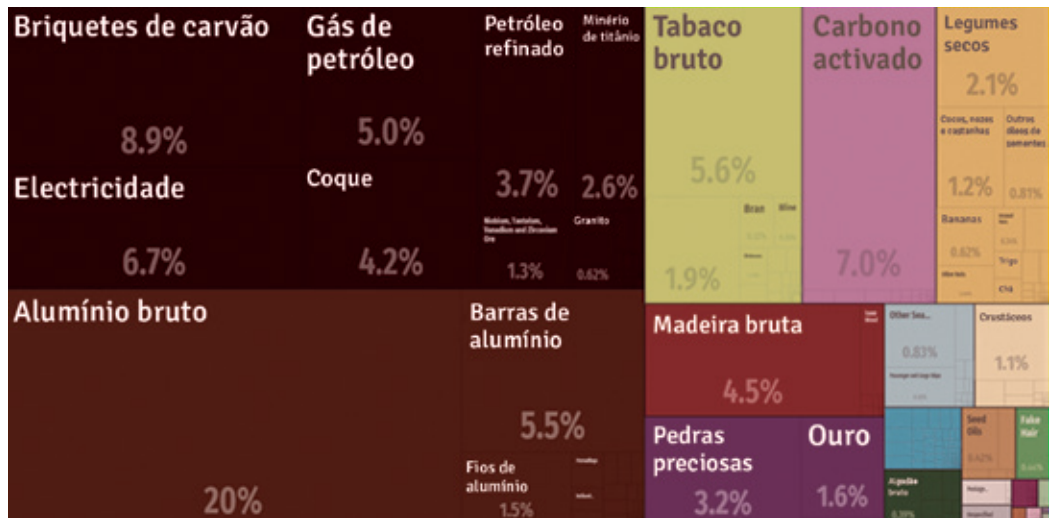
Figura 33: Em 1996, Moçambique exportava um(a) baixo(a) volume/variedade de produtos primários.
Composição das exportações (% do total), 1996



Fonte: Observatório de Complexidade Económica, MIT.



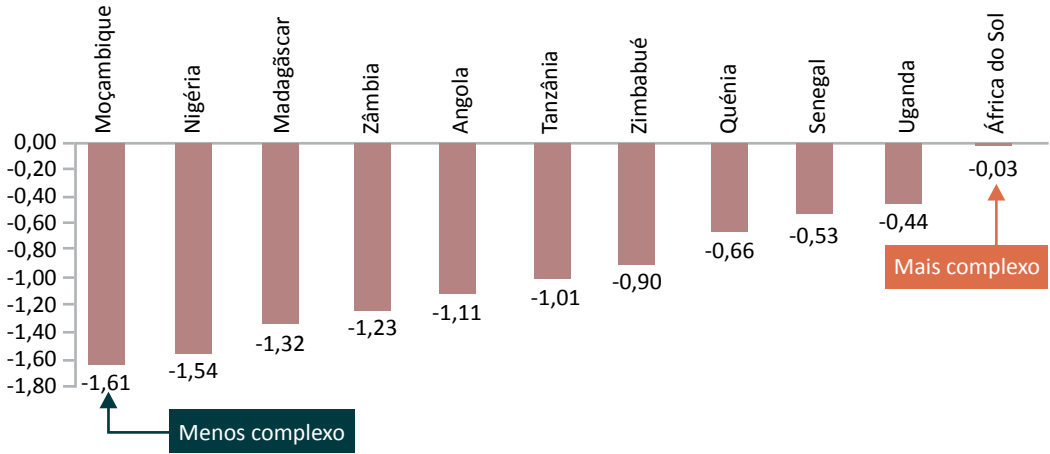
Figura 34: Em 2016, as exportações passaram a ser mais diversificadas, mas continuaram a ser dominadas pelos produtos primários.
Composição das exportações (% do total), 2016



Fonte: Observatório de Complexidade Económica, MIT.

Figura 35: Moçambique tem um nível de complexidade económica reduzido, comparativamente ao das grandes economias africanas vizinhas.

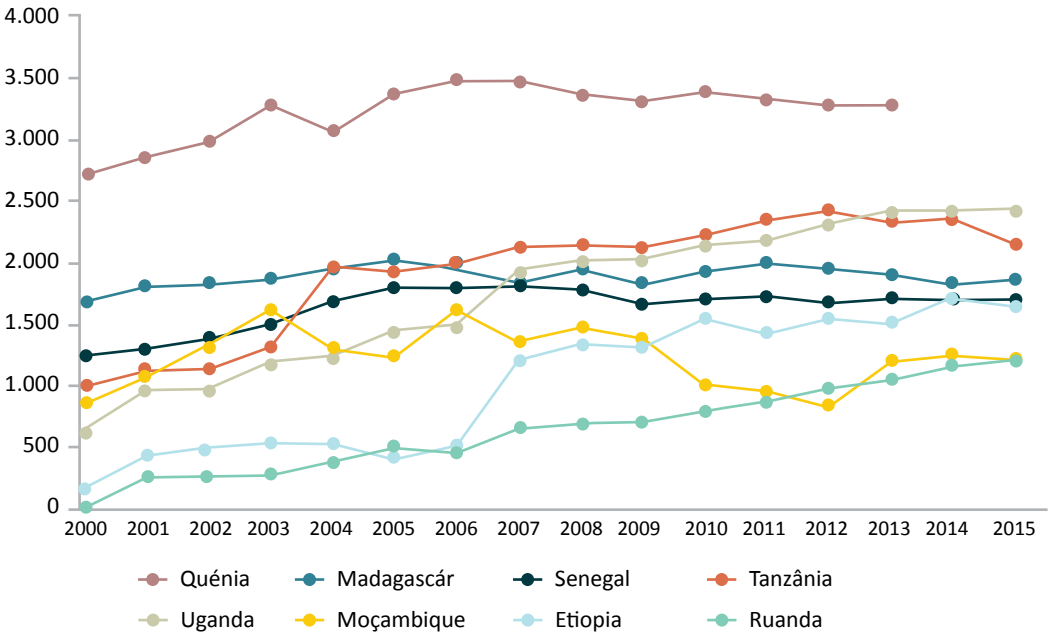
Índice de Complexidade Económica para as economias africanas seleccionadas, 2016



Fonte: Observatório de Complexidade Económica, MIT.

Figura 36: Na década de 2000, o número de produtos exportados por Moçambique sofreu um decréscimo, sendo agora inferior ao das economias da região com bom desempenho..

Número de produtos exportados, 2000 – 15⁵²



Fonte: Base de Dados Integrada de Soluções Comerciais do Banco Mundial.

⁵² Número total de produtos exportados por certo país num determinado ano segundo o nível de seis dígitos do Sistema Harmonizado de 1998 (HS-2).

Redobrar os esforços para aumentar a produtividade agrícola.

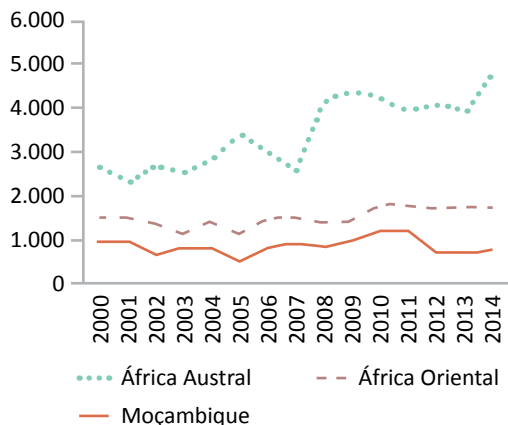
Os ganhos na produtividade da agricultura, o dinamismo dos mercados rurais e a resistência a choques são essenciais para inverter a tendência de desigualdade. A forte correlação negativa entre a pobreza e a produtividade agrícola faz com que esta agenda constitua uma prioridade em qualquer esforço efectuado com vista a reduzir as desigualdades. Um sector agrícola mais produtivo também pode ser uma plataforma para o aumento do volume das exportações e para a diversificação noutros sectores associados com mais valor-acrescentado, tais como o dos têxteis e o dos alimentos processados.

No entanto, o crescimento e a produtividade do sector agrícola em Moçambique são baixos, tendo em conta os padrões globais e regionais. Em 2015, a rentabilidade média da produção de milho para os agricultores que realizaram o seu cultivo foi de 836 quilogramas (kg) por hectare, e metade desses agricultores obtiveram safras inferiores a 480 kg por hectare. Este valor, além de ser reduzido relativamente aos padrões

regionais (conforme se vê na Figura 37), também se encontra muito abaixo do potencial agrícola de Moçambique. Associadas a este factor, encontram-se as baixas taxas de adopção de tecnologias de melhoria da produtividade entre os agricultores moçambicanos, uma vez que a falta de financiamento conduz a baixos níveis de adopção de sementes melhoradas e à pouca utilização de fertilizantes, dois factores que contribuem para o nível reduzido da rentabilidade das culturas. Além disso, os agricultores moçambicanos também se encontram altamente expostos a choques de preços e relacionados com o clima, bem como à falta de acesso a crédito e a instrumentos de mitigação do risco. O relativo isolamento e os custos de transporte elevados são outras das maiores barreiras que dificultam o acesso das famílias agricultoras aos mercados de factores de produção e de produtos agrícolas, bem como ao aumento da produtividade. Um ênfase maior no investimento público sobre as áreas rurais, com vista a fortalecer o sistema de irrigação e o acesso a estradas e energia eléctrica, proporcionaria condições mais favoráveis para se aumentar a produtividade agrícola e promover o dinamismo nesses mercados.

Figura 37: As produções médias são mais baixas em Moçambique do que na região...

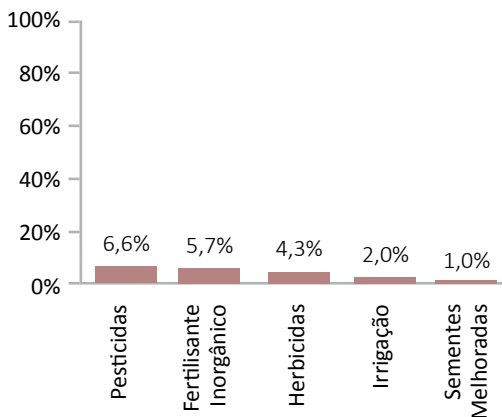
Safras de milho em quilogramas por hectare, 2000 - 14



Fonte: Banco Mundial, utilizando os dados do IOF-2014/15.

Figura 38: ... em grande, parte devido ao baixo nível de adopção de insumos modernos.

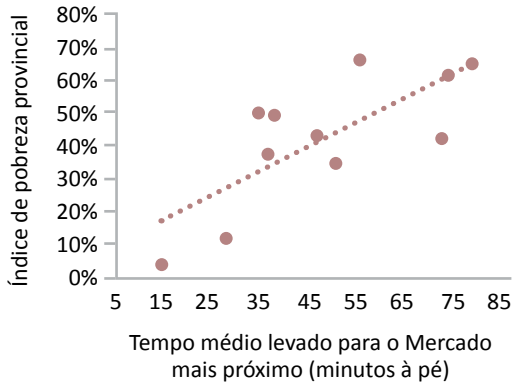
Quota de agricultores que utilizam os insumos, 2014/15



Fonte: Banco Mundial, utilizando os dados do IOF-2014/15.

Figura 39: O isolamento constitui a maior barreira para os agricultores no que se refere ao acesso a insumos e mercados...

Média do tempo de viagem, a pé, até ao mercado mais próximo (minutos), 2014/15



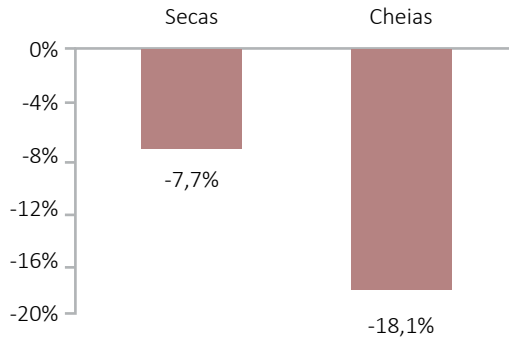
Fonte: Banco Mundial, utilizando os dados do IOF-2014/15.

Aumentar os resultados educativos e garantir a igualdade de acesso às infra-estruturas e serviços

A morosidade do progresso na modernização do sistema educativo e das competências da mão de obra constitui uma barreira na constituição de capital humano e impede a transição para uma economia alimentada pelo crescimento na produtividade. Gradualmente, a sociedade moçambicana está a aumentar cada vez as suas habilitações académicas, mas os níveis de sucesso escolar e de qualidade da educação continuam a ser baixos, verificando-se também uma grande diferença entre as zonas rurais e urbanas, principalmente em termos comparativos com os de outros países vizinhos. Em geral, as taxas de alfabetização referentes aos adultos com idades iguais ou superiores a 21 anos subiram do valor de 42% registado em 2002 para o de 50% apurado em 2014. No entanto, a taxa de progresso é lenta e verificam-se disparidades significativas relativamente a outros países da região, bem como entre os diversos grupos socioeconómicos de Moçambique. Comparativamente à média da taxa de alfabetização de adultos de todos os países da África Subsariana, que se situa em 62%, Moçambique apresenta um desempenho consideravelmente pior. A partir de 2014, as taxas de alfabetização dos adultos das zonas rurais

Figura 40: ... e é agravado pela exposição a choques meteorológicos.

Produtividade dos agricultores afectados por choques comparativamente à dos agricultores não afectados, 2014/15



Fonte: Banco Mundial, utilizando os dados do IOF-2014/15.

(37%) correspondem a praticamente metade das taxas observadas nos seus homólogos urbanos (70%). As mudanças na alfabetização ocorridas ao longo dos últimos 15 anos beneficiaram desproporcionalmente os cidadãos com melhores condições económicas. Apesar de 35% dos adultos pobres saberem ler e escrever, o que corresponde a níveis semelhantes aos registados em 2002, a proporção entre os não pobres aumentou de 53% para 60%. Além destas variações, a distribuição espacial da alfabetização encontra-se correlacionada com a pobreza, constatando-se que as províncias mais pobres apresentam taxas de analfabetismo mais elevadas (Figura 41).

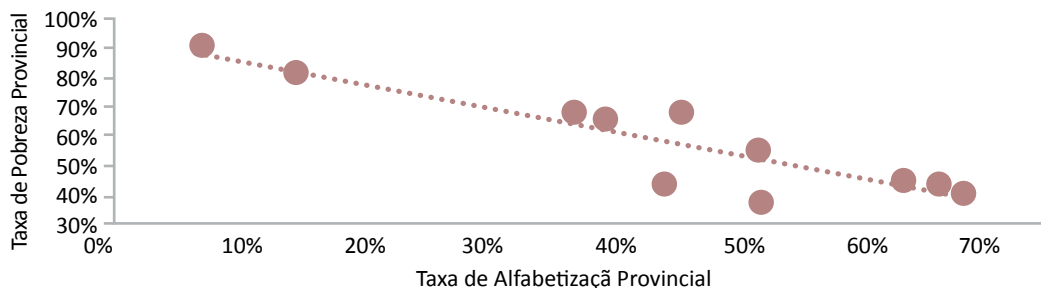
Além disso, continuam a existir grandes discrepâncias entre a população em termos de oportunidades, o que limita o grau de participação dos pobres no processo de crescimento e na partilha dos respectivos resultados. A melhoria em várias dimensões do bem-estar, tais como a do acesso a serviços básicos, posse de capital físico e humano e ligação aos mercados, ocorreu a partir de níveis muito baixos, o que significa que as lacunas remanescentes são significativas. Os indicadores, tais como o do acesso à electricidade e o que se refere à segurança alimentar e problemas de desenvolvimento,

entre outros, apresentam poucas ou nenhuma melhorias durante o período em que se registou o crescimento económico mais forte, principalmente nas zonas rurais. Além disso, o progresso não tem sido uniforme entre os grupos de rendimentos, nem entre as diversas áreas. O Índice de Oportunidade Humana, uma medida que sumariza o nível de oportunidades básicas de certa sociedade e até que ponto essas oportunidades são distribuídas equitativamente, revela que as possibilidades das crianças moçambicanas, numa fase mais tardia das suas vidas, são influenciadas, em grande

parte, pela sua localização e antecedentes familiares. Por exemplo, 98% das probabilidades de certa criança vir a ter acesso a água potável são explicadas pela localização, consumo da família e grau de instrução do responsável pelo agregado familiar⁵³ (Figura 42). Para acabar com esse ciclo vicioso, será necessária uma ênfase renovada nas políticas públicas que visam promover a igualdade de oportunidades para as crianças de hoje, aumentando o acesso das crianças provenientes de grupos desfavorecidos, nomeadamente dos agregados familiares rurais, aos bens e serviços básicos.

Figura 41: Lentamente, as taxas de alfabetização têm vindo a melhorar, mas continua a existir uma grande lacuna entre as zonas rurais e urbanas.

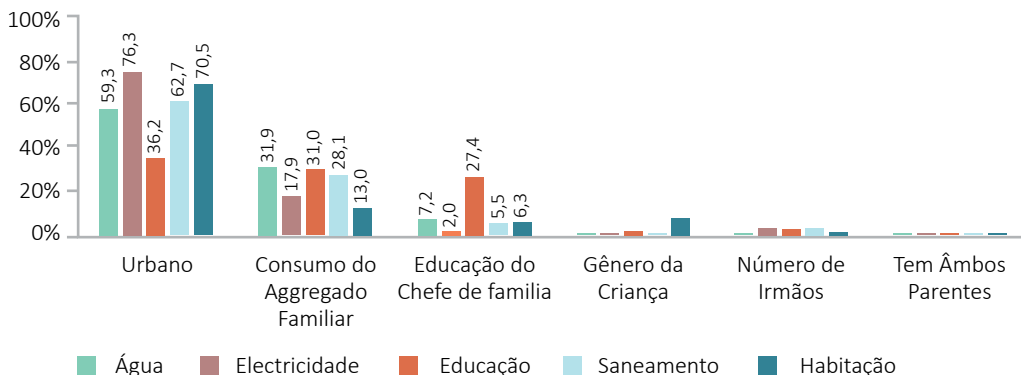
Taxas de alfabetização referentes aos adultos com idades iguais ou superiores a 21 anos, 2014/15



Fonte: Banco Mundial, utilizando os dados do IOF-2014/15.

Figura 42: A localização, o consumo das famílias e a educação dos pais definem a maioria das situações de desigualdade de oportunidades entre a população.

Contributo de diversas circunstâncias para a desigualdade de oportunidades (%), 2014/15



Fonte: Banco Mundial, utilizando os dados do IOF-2014/15.

⁵³ Os 98% encontram-se discriminados por localização (59%), consumo da família (32%) e grau de instrução do responsável pelo agregado familiar (7%).

Referências

Banco Mundial, (2018), "Annual Meetings Macro-Poverty Outlook, (various countries)", Banco Mundial: Washington DC.

Banco Mundial, (2018), "Strong but not broadly shared growth. Mozambique Poverty Assessment", Banco Mundial: Washington DC.

Banco Mundial, (2018), "Who wins and who loses with staple food price spikes? Welfare implications in Mozambique", Banco Mundial: Washington DC.

Banco Mundial, (2018), "Distributional Impact of Fuel and Bread Subsidy Reforms", Banco Mundial: Washington DC.

Banco Mundial, (2018), "Commodity Markets Outlook – April 2018", Banco Mundial: Washington DC.

Banco Mundial, (2017), "Global Economic Monitor – April 2017", Banco Mundial: Washington DC.

Banco Mundial, (2017), "Actualidade Económica de Moçambique: Uma Economica a Duas Velocidades", Banco Mundial: Washington DC.

Banco Mundial, (2016), "Actualidade Económica de Moçambique: Enfrentando Escolhas Difíceis", Banco Mundial: Washington DC.

Banco Mundial, (2016), "Mozambique – Systematic Country Diagnostic", Banco Mundial: Washington DC.

Banco Mundial, (2016), "Mozambique - Public Expenditure Review: Education", Banco Mundial: Washington DC.

Banco Mundial, (2016), "Mozambique – Health Public Expenditure Review: 2009-2013", Banco Mundial: Washington DC.

Banco Mundial (2014), "Mozambique Public Expenditure Review: Addressing the Challenges of Today, Seizing the Opportunities of Tomorrow", Banco Mundial: Washington DC.

Banco Mundial (vários anos), "World Development Indicators", Banco Mundial: Washington DC.

Beer, S., e Loeprick, J. (2018, brevemente). "The Cost and Benefits of Tax Treaties with Investment Hubs: Findings from Sub-Saharan Africa", Documento de Trabalho do FMI

FAO (2018), "Global Information and Early Warning System on Food and Agriculture Country Brief – Mozambique", Maputo, Moçambique.

FMI, (2018), "World Economic Outlook: Cyclical Upswing, Structural Change", FMI: Washington DC.

FMI, (2018), "2018 Article IV Consultation Staff Report for Angola", FMI: Washington DC.

FMI, (2018), "2018 Article IV Consultation and Request for Three-Year Arrangement Under the Extended Credit Facility for Malawi", FMI: Washington DC.

REFERÊNCIAS

- FMI, (2018), "2018 Article IV Consultation Staff Report for Kenya", FMI: Washington DC.
- FMI, (2018), "2018 Article IV Consultation Staff Report for Nigeria", FMI: Washington DC.
- FMI, (2018), "2018 Article IV Consultation Staff Report for South Africa", FMI: Washington DC.
- FMI, (2018), "2017 Article IV Consultation Staff Report and Debt Sustainability Analysis for Mozambique", FMI: Washington DC.
- FMI, (2017), "2017 Article IV Consultation Staff Report for Botswana", FMI: Washington DC.
- FMI, (2017), "2017 Article IV Consultation Staff Report for Kingdom of Swaziland", FMI: Washington DC.
- FMI, (2017), "2017 Article IV Consultation Staff Report for Ghana" FMI: Washington DC.
- FMI, (2017), "2017 Article IV Consultation Staff Report for Zambia", FMI: Washington DC.
- FMI, (2017), "2017 Article IV Consultation Staff Report for Zimbabwe", FMI: Washington DC.
- FMI, (2017), "Regional Economic Outlook Sub-Saharan Africa: Restarting the Growth Engine", FMI: Washington DC.
- FMI, (2014), "Government Finance Statistics Manual", FMI: Washington DC.
- GLZ (2016): "Pequenas e Médias Empresas em Moçambique: Situação e Desafios", Maputo, Moçambique.
- Hausmann, R., Hidalgo, C. A., Bustos, S., Coscia, M., Simões, A., e Yildirim, M. A. (2014). "The atlas of economic complexity: Mapping paths to prosperity". MIT Press
- Hidalgo, C. A., Hartmann, D., Guevara, M. R., Jara-Figueroa, C., e Aristaran, M., (2017), "Linking Economic Complexity, Institutions, and Income Inequality", *World Development Vol. 93*, págs. 75–93.
- Hidalgo, C. A., e Hausmann, R., (2009), "The Building Blocks of Economic Complexity", *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 106(26), 10570–10575.
- Hidalgo, C. A., Klinger, B., Barabási, A.-L. e Hausmann, R., (2007), "The Product Space Conditions the Development of Nations", *Science*, 317(5837), 482–487
- Lachler, U., e Walker, I., (2018), "Mozambique Jobs Diagnostic", Banco Mundial: Washington DC.
- Organização Meteorológica Mundial, (2018), "El Niño / La Niña Update – September 2018".
- República de Moçambique, Banco Central de Moçambique (2018), "Indicadores Prudenciais e Económico-Financeiros, Anexo à Circular nº2/EFI/2017", Maputo, Moçambique.
- República de Moçambique, Ministério da Economia e Finanças, (2018), "*O Estágio e Perspectivas da Economia Nacional*", Maputo, Moçambique.
- República de Moçambique, Banco Central de Moçambique, vários trimestres "Défice da Balança de Pagamentos e Dados do Estudo Financeiro", Maputo, Moçambique.
- República de Moçambique, Banco Central de Moçambique, vários meses "Boletim de Situação Mensal", Maputo, Moçambique.

República de Moçambique, Banco Central de Moçambique, várias sessões "Reuniões do Comité de Política Monetária", Maputo, Moçambique.

República de Moçambique, Instituto Nacional de Estatística, vários anos "Contas Nacionais", Maputo, Moçambique.

República de Moçambique, Instituto Nacional de Estatística, vários meses "Boletim do Índice de Preços no Consumidor", Maputo, Moçambique.

República de Moçambique, Instituto Nacional de Estatística, vários meses "Boletim do Índice das Actividades Económicas", Maputo, Moçambique.

República de Moçambique, Instituto Nacional de Estatística, vários meses "Boletim de Indicadores de Confiança Económica", Maputo, Moçambique.

República de Moçambique, Instituto Nacional de Estatística, vários trimestres "Indicadores Industriais a Curto Prazo", Maputo, Moçambique.

República de Moçambique, Ministério da Economia e Finanças, (vários anos), "Contas Auditadas do Estado", Maputo, Moçambique.

República de Moçambique, Ministério da Economia e Finanças, (vários anos), "Orçamento de Estado", Maputo, Moçambique.

República de Moçambique, Ministério da Economia e Finanças, (vários anos), "Relatório de Execução Orçamental", Maputo, Moçambique.

República de Moçambique, Ministério da Economia e Finanças, (vários anos), "Relatório Anual sobre a Dívida Pública", Maputo, Moçambique.

Vale Moçambique (2018), "Relatório de Desempenho Trimestral", Maputo, Moçambique



BANCO MUNDIAL
BIRD • AID | GRUPO BANCO MUNDIAL